

ACTA N°2/2010
Aprovada 29/Junho/2010

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA EM VINTE E SEIS
DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ**

No dia vinte e seis de Abril de dois mil e dez teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Tomada de Posse do Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana de Coimbra;**
- Ponto 2 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 3 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2009;**
- Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2009;**
- Ponto 5 - Inventário do Património Municipal - 2009;**
- Ponto 6 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;**
- Ponto 7 - Plano Estratégico de Coimbra;**
- Ponto 8 - Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro;**
- Ponto 9 - Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos;**
- Ponto 10 - Coimbra Viva SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana, S A. aumento do capital social;**
- Ponto 11 - Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno na Rua Afrânio Peixoto;**
- Ponto 12 - Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno no Loreto;**
- Ponto 13 - Relatório e Contas do exercício de 2009 da Empresa Municipal.-AC, Águas de Coimbra;**
- Ponto 14 - Relatório de Actividades de 2009 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra;**
- Ponto 15 - Grandes Opções do Plano para 2010 da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Manuel Nunes da Silva, João Pedro Fonseca Pinto, Olinda Maria Martinho Gonçalves de Sousa Rio, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Joana Margarida Alves Martins, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida e Miguel José Ferros Reis da Fonseca.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, José Marques Gomes Murta, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Manuel Mateus da Cruz Pimenta, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Isabel Maria Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Milene Catarina Pereira Cunha, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Eliana Cristina Almeida Pinto, José Manuel Gonçalves da Silva, Ana Paula Soares Pinto Bravo e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Manuel Veloso da Costa, Arménio Nabo Ferraz, Nuno Filipe Reis da Silva, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal

Faltou justificadamente o deputado Fernando Luís Almeida Torres Marinho

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Melo e Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

Tomada de Posse - José Manuel Torres Farinha

Nos termos do nº5 do artº76º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, verificou-se uma vaga do cidadão Rodrigo Manuel Leite da Silva Santiago. Neste sentido e nos termos do nº1 do artº 79º do mesmo diploma, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto **José Manuel Torres Farinha**.

Verificada a sua identidade o mesmo tomou posse como deputado municipal pelo partido "Pina Prata, Agora Sim".

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João Paulo Lima Barbosa de Melo, Maria José Azevedo Santos, Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, Luís Nuno Ranito da

Costa Previdência, António Vilhena, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte e Francisco Queirós.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por, Manuel Nunes Filipe, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal, **Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz** pelo período de 5 dias com início a 21do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (**PPM**) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **João Pedro Fonseca Pinto**.

-Deputado municipal, **Carlos Rogério Antunes Pinto** pelo período de 2 dias com início a 24 do corrente mês;

-Deputada municipal, **Helena Maria de Oliveira Freitas** pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **Ana Paula Soares Pinto Bravo e Horácio José da Paz Santiago**.

-Deputado municipal, **João Carlos Tavares Pinto Ângelo** pelo período de 3 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (CDU) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, **Isaura Maria Cardoso dos Reis Madeira**.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **José Marques Gomes Murta**, e nos termos do mesmo diploma;

O Presidente da Junta de Freguesia de Sé Nova, também apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **Manuel Mateus da Cruz Pimenta**.

Tomada de Posse do Provedor do Ambiente:

Nos termos do artº 2 do Regulamento “Designação competências e Mandato” de Provedor e qualidade de vida Urbana de Coimbra, tomou posse de Provedor o Sr.

Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, o qual tinha sido eleito em Assembleia Municipal de 24 de Fevereiro de 2010.

Período destinado `Intervenção de Municípios:

Promundo - Associação de Educação, Solidariedade e Cooperação Internacional Escola Secundária de Avelar Brotero:

No início da Assembleia Municipal, Daniel Gameiro de 19 anos de idade, estudante de arquitectura da Universidade de Coimbra e presidente da PROMUNDO recordou a trajectória da Associação ao longo destes 9 meses de vida e desde a primeira apresentação na Assembleia Municipal em Junho do ano anterior. Os ideais que originaram a criação da PROMUNDO mantiveram-se intactos, a sua vontade “indomável” de mudar o Mundo. E a Associação teve um notável desenvolvimento, tantos em projectos na cidade de Coimbra em várias actividades de voluntariado juvenil desenvolvidos, como na área de Educação e Sensibilização com cerca de 14 000 jovens sensibilizados em várias Escolas Secundárias, Institutos e Faculdades.

A área mais desenvolvida foi sem dúvida a Cooperação Internacional, com o avance do projecto no Ghana através da construção de uma escola primária logo após a recuperação da bomba de água potável para a aldeia de Abamkwum e de outras 32 caldeias limítrofes. Um arquitecto de Coimbra esteve durante três semanas na aldeia para preparar a população para a construção da sua escola.

Também na Guiné-Bissau se desenvolvem projectos ligados à área da Educação com o apoio de várias Instituições Educativas do Concelho a Escolas de Bissau e do Arquipélago de Bijagós. Neste mês de Agosto o coordenador da PROMUNDO, uma voluntária e um estudante guineense da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra estarão na Guiné-Bissau para a coordenação dos projectos em curso, para levar ajuda em medicamentos para o Hospital e Leprosaria de Cumura e para estabelecer parcerias com Instituições Guineenses.

Salientou o facto de todos estes projectos se terem realizado com o apoio económico de inúmeros cidadãos, na sua maioria ligados ao ensino e que tem apoiado de forma espontânea e voluntária todas estas actividades e projectos.

Seguidamente o professor Fernando Castro, da Escola Secundária de Avelar Brotero falou sobre a sua permanência no Haiti logo após o terramoto de 12 de Janeiro e que foi acompanhada pelos meios de comunicação social, pelo facto de ter sido a única Associação Juvenil Portuguesa a estar presente no Haiti. Desta viagem trouxe o pedido de geminação da cidade de Leogane com Coimbra. Leogane foi a cidade mais atingida pelo terramoto, tendo ficado destruída em mais de 90 %. Este município Haitiano disponibilizou um terreno de cerca de 30 000 metros quadrados para a futura construção de uma Escola Profissional outra “Brotero” no Haiti como apelidou a comunicação social local.

Diogo Bhovan, aluno do 11º ano do Curso Profissional de Informática de 16 anos de idade comunicou a ideia que os jovens da Associação tiveram logo no dia da chegada do professor Fernando Castro do Haiti. A construção de uma Escola Profissional em Leogane pode parecer uma utopia pelo montante necessário para a construção da mesma. Assim, tiveram a ideia da criação do FDM-Fundo de Desenvolvimento do Milénio, que consiste numa pequena participação de 1,00 € por aluno, mês e turma e que dará vida a este projecto e a outros podendo ainda

consultar a conta bancária do FDM e votando os projectos que considerem mais oportunos e urgentes nos 10 países mais pobres do Mundo.

Concluiu o professor Fernando Castro, aos 7 minutos das três intervenções, reforçando a firme vontade de todos os elementos desta jovem Associação, que cumpre um ano de existência legal em 24 de Junho, de continuar a sua missão nas áreas propostas, principalmente na Educação, e de poder ser as mãos solidárias da nossa cidade de Coimbra para os 10 países mais pobres do Mundo.

António Luís Fernandes Quintas – Câmaras de Videovigilância:

O Sr. Luís Fernandes, comerciante da Baixa de Coimbra veio à Assembleia Municipal para falar das Câmaras de vigilância, sistema de videovigilância na Baixa de Coimbra.

Na altura da instalação foi dito que era em princípio de segurança preventiva.

As câmaras de videovigilância foram inauguradas a 15 de Dezembro e até hoje já foram feitos 7 assaltos a estabelecimentos comerciais.

Está decepcionado porque verifica que o que foi prometido e pelo que a comunicação social escreve é que as câmaras de videovigilância que íam funcionar na prevenção dos assaltos, isso não está a acontecer.

Ficou indignado pelo facto da perfumaria pétala a 50 metros de uma câmara e que foi assaltada na passada 4ª feira às 4h 30m, não foi gravado o assalto.

As explicações dadas pelo Director do Centro Histórico foram no sentido de que as câmaras não estão a gravar, aliás a Comissão de Protecção de Dados não autorizou que 5 câmaras fossem utilizadas para gravar mas apenas para visualizar o trânsito, e esta é uma delas.

Sendo assim, perguntou para que servia a gravação?

Disse ainda que foi prometido aos comerciantes, que as dezassete câmaras de videovigilância seriam instaladas, os monitores seriam instalados na 2ª Esquadra e estaria um agente a visualizar durante o período da noite das (20 horas às 7 da manhã).

Apostou nesse princípio dissuasor e de segurança de que a Baixa de Coimbra a partir de 15 de Dezembro ficava em segurança.

Como comerciante veio manifestar a sua indignação pelo facto de ter sido enganado, porque aquilo que prometeram aos comerciantes da Baixa de Coimbra foi a segurança e nada disso se concretiza.

Pediu a esta Assembleia Municipal, Orgão como fiscalizador da Câmara, que peça um inquérito ao desempenho das câmaras de videovigilância.

Estamos a falar de um investimento de grande valor para a protecção da Baixa de Coimbra, e sendo assim, estão a ser usados para outros fins, e não para a segurança da Baixa."

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“As minhas palavras são de circunstâncias, ao acto que antecedeu no início dos trabalhos, teve haver com a posse enquanto provedor do Ambiente Prof. Dr. Massano Cardoso.

A Provedoria do Ambiente e de Qualidade Urbana, e a figura do Provedor do Ambiente e Qualidade Urbana de Coimbra, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Coimbra em 28/01/2002.

O Provedor do Ambiente e da Qualidade Urbana de Coimbra, tem como função defender os direitos dos munícipes de Coimbra, pugnando pelo ambiente ao físico e humano sadio e equilibrado. Tem nas suas áreas de intervenção o ambiente, os espaços verdes, saneamento básico e higiene, urbanismo, o trânsito e transportes, instalações de estabelecimento público, património cultural, habitação e mercados municipais.

Em boa hora, permita-me em primeiro lugar, felicitar aquilo que foi a posição do Senhor Presidente da Câmara, quando criou a Provedoria do Ambiente.

De facto, o ambiente é um bem comum que cabe a cada um de nós cidadãos assumir as suas responsabilidades para com o ambiente, defendendo e preservando. Por vezes enquanto cidadão, andamos distraídos nessa faceta e nesse nosso papel, preservar e defender o ambiente. Nada melhor que termos um órgão que, por vezes, que não serve tão só mente mas também para receber licitações, queixas, reclamações, temos um órgão que é a Provedoria do Ambiente para elaborar pareceres, e alguns estudos técnicos que dão não só indicações para nós enquanto cidadãos, mas também para os órgãos municipais.

De facto, Senhor Presidente da Câmara foi uma medida bem tomada, e que todos hoje reconhecemos o mérito da mesma.

De facto, tivemos como primeiro Provedor do Ambiente, a senhora professora Helena Freitas, foi uma pessoa competentíssima, de grande isenção e naturalmente uma pessoa de elevada estatura intelectual e científica e professora desta Universidade.

O segundo Provedor, também ele uma pessoa, que se tem pautado pela isenção de actuação de elevada craveira e estatura intelectual e científica, e também ele professor da nossa Universidade.

Acho de facto motivo de satisfação de todos nós, incluindo para todos os deputados municipais, os dois provedores que de facto exerceram até hoje o cargo e eu não poderia, naturalmente, esquecer o antecessor do professor Dr. Massano Cardoso.

Dizer que o Prof. Dr. Massano Cardoso, muito antes de ser provedor do Ambiente, pautou-se pela defesa dos interesses e dos legítimos direitos dos cidadãos de Coimbra, ou seja, ter um ambiente de qualidade soldável.

Todos sabemos que fez parte da Comissão Científica independente, na questão da co-incineração, mesmo por vezes criticado injustamente, mas como pessoa firme e determinada convicta dos seus conhecimentos e saberes científicos, manteve sempre uma posição em defesa de Coimbra.

Lembro também, que aquando da elaboração do relatório médico foi o único que votou contra, na altura também criticado.

O Prof. Massano, tenho em minhas mãos o relatório médico que ele votou contra, e hoje mais de que nunca, que de facto o Prof. Massano tinha razão, e permitam-me só ler dois parágrafos desse mesmo relatório.

Diz assim no relatório:

No entanto dever-se-à acautelar a eventualidade de riscos acrescidos a nível das localizações, nos quais o processo de tratamento de resíduos em co-incineração possa vir a ocorrer através da prévia caracterização das condições ambientais, e

proporcionais de local para local. Das posteriores monitorizações ambiental e vigilância ideológica, estes procedimentos constituem recursos instrumentais para prevenir garantir a prevenção precoce de complicações e minimizar ou eliminar riscos.

De facto o próprio relatório admitia os riscos, mas também não é menos verdade nada disto foi feito.

O senhor Prof. na sua declaração de voto escreve no último paragrafo.

Face às dúvidas de natureza científica, informo que não subscrevo o relatório do grupo médico.

Porque de facto também o relatório do grupo médico tinha muitas dúvidas e assumia os riscos.

Senhor Professor enquanto cidadão de Coimbra e também naturalmente como Presidente de Junta e de alguém que sentiu muito próximo aquilo que foi esta questão da polémica dos resíduos industriais perigosos, não só felicito mas admiro também pela postura que teve em defesa de Coimbra e de facto o relatório dava razão à declaração de voto de Vossa Excelência.

Para terminar desejo as maiores felicidades e os maiores êxitos no cargo que hoje assumiu na continuidade naturalmente do anterior e estou seguro que de facto ganha a câmara, ganha o Município e ganham todos os Conimbricenses.”

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):

“Como é do conhecimento de todos ontem comemorou-se o trigésimo sexto aniversário de 25 de Abril, e não poderia a bancada do Partido Socialista deixar passar em claro, vindo por isso fazer aqui esta alusão.

Começo por aludir ao dia 25 de Abril que ontem se comemorou com um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen

“Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo.

Há momentos na vida das pessoas que ficam impressos para sempre como marcas que resistem ao tempo. São momentos inesquecíveis que a memória aprisiona e que deixa libertar quando a consciência o impõe. Muito naturalmente o caminhar no tempo acaba por diluir em nós um pouco do passado, das nossas vivências, da nossa história.

O 25 de Abril de 1974 foi o virar de página que levou Portugal rumo à liberdade, rumo à democracia.

Ontem comemorou-se mais uma data deste assinalável dia para a vida dos portugueses.

Passaram 36 anos após a revolução e Portugal livre está mais maduro. Mas também importa lembrar que a luta pela liberdade é uma luta intemporal. A luta pela liberdade é uma luta constante. São vários os exemplos no mundo que nos devem motivar a não baixar a guarda na defesa dos valores universais da liberdade e da igualdade entre os homens. Todos temos essa responsabilidade.

Estamos em 2010, o 25 de Abril de 1974 e o significado que encerra, deve, hoje em dia, ser aceite e sublimado como um acontecimento de todo um povo independentemente do seu quadrante político.

Sem querer ferir susceptibilidades começa a ser tempo de esbater um pouco a nostalgia de quem se apoia no 26 de Abril ou de quem tem saudades do dia 24 de Abril de 1974.

Todos os partidos representados nesta magna Assembleia terão visões diferentes para o desenvolvimento de Coimbra, mas esse foi sem duvida o maior legado do 25 de Abril, a liberdade de aqui debater, discutir e esgrimir argumentos, porque sempre que o debate existe, a democracia progride, a cidade e o povo de Coimbra ficam a ganhar.

Não esquecendo o passado é tempo sim de pensar e projectar Coimbra no futuro; num Portugal Europeu, moderno e progressista.

Um Portugal mais justo, mais solidário e mais igual.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Começo por saldar os jovens que aqui vieram antes da ordem de trabalhos, da Promundo, porque efectivamente são um bom exemplo de cidadania, de Construção de valores que Abril e não só nos trouxe como também a solidariedade.

Também quero saudar o munícipe, Luís Quintas, pela simplicíssima razão, que eu como deputado municipal, gostaria muito que viessem mais cidadãos às Assembleia Municipais colocar justamente os seus problemas.

Porque é esta a sua casa, a casa indicada para o fazer.

O que me trás aqui na minha intervenção é o 25 de Abril.

Ontem, 25 de Abril, o perfume dos cravos vermelhos não se fez sentir na cidade adormecida ou quiçá anestesiada e esquecida de que há 36 anos a liberdade passou por aqui.

Quando há dois anos, precisamente nesta sala intervim em nome do BE na cerimónia evocativa do 25 de Abril de 74, fi-lo num tom crítico defendendo que o modelo oficial das comemorações, tal como estava formatado, estava ultrapassado. Evocar a revolução libertadora de Abril entre quatro paredes, sem participação popular, dando cumprimento formal a um ritual engravatado, cada vez mais esvaziado de conteúdo e significado e sem dignidade, era uma maldade muito grande feita à festa da liberdade, que justamente por o ser deveria ser uma expressão de energias libertadoras e criativas extra-muros do município, envolvendo de forma activa e participativa as várias instituições e associações socioculturais, políticas, ambientais e recreativas da cidade.

O sentido da crítica era este e não o de abrir a porta ao que desde então se passou nesta cidade, que se traduziu num esquecimento e esvaziamento total.

Afinal de contas no 25 de Abril de 74 não se comemora coisa pouca. Pode acontecer que para alguns seja uma data para esquecer, tal o incómodo que lhes possa trazer. Mas, a verdade é que lhe devemos aquilo que mais importante há na vida política, social e cultural que há num país: a liberdade e a democracia pondo fim à ditadura, à mordaza da censura prévia, à repressão e às prisões políticas e a paz, com o fim de uma guerra colonial injusta e anacrónica que dilacerava profundamente as juventudes e famílias portuguesas e africanas. Portugal voltou ao convívio dos países democráticos, rompendo com o seu isolamento.

Este é também o ano em que se comemora o centenário da República, outro marco histórico de uma revolução que mudaria a face do país. Muitas foram as

transformações, então, operadas, entre as quais saliento desde logo a instituição da liberdade religiosa, a laicização do estado e da sociedade, a separação do Estado das Igrejas, mas também o combate ao analfabetismo secular e atávico, com a fundação de largas centenas de escolas primárias, a reforma do ensino técnico, industrial e comercial, a criação das Universidades de Lisboa e do Porto; mas também no plano social a reforma da assistência pública, a multiplicação de creches e a criação das primeiras maternidades de que Coimbra foi a primeira em 1911; no plano labora registe-se a instituição do domingo como dia de descanso obrigatório e a redução do horário de trabalho que chegava às 12 e não raras vezes às 14h, o que aliás, nos tempos que correm, parece ser de novo a tendência, por pressão das ditas necessidades de competitividade, muitas das vezes disfarçadas de um novo nome “espírito de empresa” que tende a escravizar e a tornar os trabalhadores máquinas cada vez mais embrutecidas de trabalho, sem tempo para o lazer, a cultura, o convívio e o descanso. Expressão dos ventos do liberalismo desenfreado e desumanizante, em todo o seu esplendor, que há que contrariar com força, unidade e determinação.

Força, coragem e determinação foi o que não faltou aos militares que em 25 de Abril ousaram arriscar a pele e fazer a revolução que mudaria a face do país e abria uma nova esperança de desenvolvimento e progresso, bem-estar e justiça social. Por isso os quero saudar fraternamente agradecendo a todos e a todas aqueles e aquelas que lutaram e arriscaram ou deram a vida para que possamos estar aqui em liberdade e democracia, com todas as suas imperfeições e contingências, a dizer o que pensamos sem temer.

Ontem, embora muitos não tivessem dado conta, ou estejam apostados em fazer esquecer, a LIBERDADE PASSOU POR AQUI, por mais que alguns tentem fazer esquecê-lo.

Viva o 25 de Abril.”

Intervenção do deputado municipal José João Lucas (BE):

“Abril águas mil! – diz o refrão popular

Há 36 anos, estava o povo português na rua, celebrando a vitória sobre a ditadura fascista, na sequência da revolta dos capitães. Lembramo-la hoje, reavivando as memórias dos que a viveram e actualizando o ideal de uma nova sociedade que, então, se começava a construir.

Decorreram 36 anos de um percurso nada linear, cheio de rupturas e de controvérsias, marcado por avanços em direcção a uma sociedade mais livre e mais justa, mas também pejado de retornos a formas autoritárias e discriminatórias de exercício do poder.

Controverso continua a ser o olhar sobre este tempo que passou, conflitual continua a ser a forma como se encara o presente, polémica continua a ser a perspectivação do futuro. Contudo, pelo menos nas palavras, parece depreender-se das inúmeras declarações públicas de variadas personalidades nos últimos dias alguma convergência: a democracia está limitada, para não dizer amputada, frequentemente restringida aos actos eleitorais e a necessitar urgentemente de revitalização e de revigoramento; tem-lhe faltado a componente de proximidade e de interacção quotidiana entre governantes e governados, entre eleitos e eleitores.

A governação, a nível central e a nível local – muitos o reconhecem – carece de transparência onde há secretismo, carece de clareza de processos onde campeia o labirinto e a opacidade, carece de justiça onde reina a arbitrariedade. Estes ingredientes, inimigos da democracia, favorecem enormes imoralidades na conduta pública quer de governantes, quer de dirigentes de empresas, que sobrepõem frequentemente interesses pessoais ao interesse geral, subvertendo os ideais de Abril e gerando, na sociedade portuguesa, uma imensa desigualdade nos rendimentos e nas oportunidades de realização dos cidadãos.

Um campo onde o secretismo e o manobrismo se têm exercido concertadamente é o da propriedade e gestão dos sistemas de águas e saneamento.

Sabemos que várias Câmaras Municipais, entre as quais a Câmara Municipal de Coimbra, estarão a preparar-se para cederem património e direitos de exploração das redes de abastecimento de água e de saneamento à empresa Águas de Portugal, cujo futuro, na agenda, escondida ou não, de muita da nossa elite política, financeira e empresarial, tenderá para a privatização, que é, como quem diz para a sua entrega aos grandes monopólios internacionais e intercontinentais do sector. Como se sabe, os interesses e os direitos das populações aos bens públicos básicos são matéria pouco relevante para quem se envolve nestes negócios. Resta às forças políticas que se norteiam pelos ideais de Abril, isto é, aquelas para quem o desenvolvimento, a democracia, a igualdade e os direitos humanos se implicam mutuamente, denunciar tal projecto e trazê-lo para a praça pública, para que os cidadãos participem neste debate e possam pronunciar-se sobre as condições fundamentais do seu bem-estar e do das suas comunidades.

O BE insurge-se contra a mercantilização e a privatização de bens essenciais como a água e exige que a Câmara Municipal, o senhor presidente e os senhores vereadores, prestem as devidas contas aos munícipes. Entregarei, de imediato, à Mesa um requerimento, solicitando informações sobre assunto de tão grande relevância.

Lutaremos, com todas as nossas forças, para que Abril não seja esquecido e as suas ‘águas mil’, enquanto património público, não sejam delapidadas e alienadas, com a irresponsabilidade dos nossos governantes e a cumplicidade dos seus aliados nas Bolsas.

O direito à água confunde-se com o direito à vida. Não são coisas para negócio. Como diz Leonard Boff, teólogo brasileiro, “Quem controla a água, controla a vida e quem controla a vida tem o poder.”

Intervenção da deputada municipal Eliana Pinto (PS):

“Em primeiro lugar gostaria de saudar o Prof. Torres Farinha que assumiu aqui funções hoje, como membro da Assembleia Municipal candidato numa lista independente.

Desejar-lhe que as suas funções aqui sejam profícuas e tragam mais valia à Cidade de Coimbra, até porque o conheço pessoalmente e sei que o fará.

Também desejar um bom trabalho ao Prof. Massano Cardoso que tem inegáveis qualidades, a cidade pode confiar no seu trabalho, democraticamente desejar-lhe as maiores felicidades no exercício das suas novas funções.

Em terceiro lugar, dizer ao munícipe que aqui veio falar, que é importante o papel que aqui veio desempenhar, não só como exemplo para os restantes cidadãos porque este é o espaço e local mais significativo do exercício da democracia participativa. E, o facto de não termos aqui muitos cidadãos deve também motivar a nossa reflexão enquanto responsáveis políticos.

Portanto, as suas palavras foram registadas, com o cuidado devido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, julgo que um colega meu de bancada falará sobre o assunto que aqui veio trazer, e as suas palavras não ficarão no ar desta Assembleia.

A minha intervenção antes da ordem do dia tem a ver com duas matérias importantes que não vêm plasmadas na ordem de trabalhos, e foi uma das razões que me fez vir aqui dizer o seguinte:

O primeiro tema tem a ver com a Empresa Municipal Turismo de Coimbra e o segundo tema com a não inclusão na ordem de trabalhos das tarifas de água e saneamento para 2010.

1º Ponto–Turismo Empresa Municipal.

Telegraficamente, é sabido que o novo regime jurídico do sector empresarial local define uma empresa municipal como uma sociedade constituída sobre a forma da lei comercial, mas onde o Município pode, e deve, exercer uma influência dominante. Ou porque detem a maioria do capital, ou porque detêm a maioria de votos ou porque detem direitos de designar o Conselho de Administração ou aos Órgão de Fiscalização.

Ora, sendo a empresa “Turismo de Coimbra EM” uma empresa municipal e se duvidas houvessem, não conheço os estatutos mas a simples designação do final da empresa municipal de turismo de Coimbra EM – significa que é uma empresa municipal, e significa que a Câmara Municipal detem uma influência dominante nesta pessoa colectiva privada de mão pública.

Isto quer dizer:

Quer dizer que a Câmara legitimamente optou, quando criou, optou por uma nova estratégia de gestão desta actividade municipal que é o Turismo-Promoção de Coimbra.

É legítimo, optar por desenvolver esta actividade, utilizando os serviços do sector administrativo, ou seja, os serviços da Câmara e em alternativa, utilizar a forma jurídica privada de uma empresa municipal. Regra geral a opção por criação de empresas municipais, deve ter como objectivos fundamentais eficácia, eficácia na gestão do bem público. Ora é aqui, que quero ficar. Esta opção de desenvolver esta actividade, que é aliás uma atribuição municipal conferida pela lei das autarquias locais, pela lei 169/99 alterada pela lei 5-A/2002, esta opção traduz-se no fundo por uma delegação ou uma concessão de uma actividade municipal.

Ora, se o Município detém uma supremacia jurídica face a esta empresa, porque ela é uma empresa municipal, significa que a Câmara deve exigir a apresentação de

resultados anuais a esta empresa, e exigir também uma melhoria e uma mais eficaz fiscalização sobretudo em relação às suas contas.

Não só à actividade desenvolvida mas em relação às suas contas. Portanto, é porque o município tratando-se de uma empresa municipal, ou seja, tratando-se de uma pessoa colectiva sobre a qual a Câmara exerce uma influência dominante. Significa isto, que a Câmara assumirá todas as responsabilidades da actuação destas empresas, todas!

Ora, compete a esta Assembleia Municipal fiscalizar a actividade das empresas municipais, artº 53, nº1 alínea c) da Lei das Autarquias Locais.

Ora, a Lei das Autarquias Locais vai mais longe, e diz:

Que, a Câmara deve indicar às empresas municipais sobre as quais tem influência dominante, as orientações estratégicas que quer, que elas desenvolvam. Isto é, as empresas municipais não têm autonomia no planeamento estratégico do desenvolvimento de uma actividade que é municipal.

Portanto, e em consequência disto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pergunta porque razão nunca o relatório de actividades desta Empresa Municipal veio à Assembleia?

Porque razão o balanço a demonstração de resultados e o parecer do revisor Oficial de Contas da Turismo Coimbra EM, não veio aqui, aliás nos termos do artº 29º, nº 4 do Regime do Sector Empresarial Local, e em inconsequência disso pedir que estes documentos cheguem a esta Assembleia como é devido?

Terminando e parafraseando o Prof. Dr. Pedro Gonçalves muito caro a esta cidade no seu livro de regime Jurídico de Empresas Municipais diz ele e vou citar:

“Não fiscalizar as empresas municipais sobre as quais os Municípios detêm influência dominante, e não orientá-las estrategicamente corresponde a um desleixo municipal do ponto de vista político, e do ponto de vista jurídico pode consubstanciar uma responsabilidade civil extracontratual por omissão caso alguém saia lesado designadamente da gestão pública, que em publico que aqui foi delegado”.

Tarifas de água e saneamento 2010

Quero colocar esta questão sobre dois pontos de vista.

Primeiro, é uma questão que é mais ou menos irrelevante aqui, penso que não é útil discuti-la mas já agora, a coloco sobre a mesa.

Uma coisa é saber se esta Assembleia Municipal têm ou não têm competência para definir o quanto das tarifas da água, pelas prestações de serviços das empresas municipais.

Outra coisa diferente, é, saber porque razão a Câmara Municipal não trouxe a esta Assembleia, na sequência aliás, de uma recomendação que foi aqui aprovada pelo órgão da maioria no início deste mandato, no sentido de pelo menos esta Assembleia poder tomar conhecimento ao valor das tarifas fixadas e sobre o método utilizado para chegar aquele quantitativo.

São duas questões interessantes, diferentes, mas com consequências também diferentes.

No caso da primeira questão, saber se esta Assembleia tem ou não tem competência para fixar o quanto, o valor concreto das tarifas, tal como tem em relação às taxas, é uma discussão interessante até porque não é uma questão que seja unânime, não é

uma questão que esteja definitivamente resolvida em todos os municípios do ponto de vista jurídico, não o é!

Mas a questão fundamental aqui, é política, e tem a ver com as razões que eu gostava de conhecer, pelas quais o Município não cumpriu ainda a recomendação feita por esta Assembleia no sentido de trazer aqui o montante das tarifas relativas à águas e saneamento para 2010 e também os critérios utilizados pela Empresa Municipal para chegar a esse valor.

Porque estamos a falar de uma Empresa Municipal neste caso “Águas de Coimbra, EM” de uma empresa municipal que presta serviços de interesse geral.

As empresas municipais, que prestem serviços interesse geral, o que é que isto quer dizer, quer dizer que são serviços que satisfazem a maioria dos cidadãos sem alternativa, estamos a falar da água. E portanto, as empresas municipais que presta serviços de interesse geral, não podem fixar as tarifas que entender, para elas serem aprovadas pela Câmara sem que este órgão fiscalizador se pronuncie.

Finalizando pedia, que face à subordinação jurídica, fiscalização da Câmara sobre as empresas municipais e sobretudo atendendo ao papel fiscalizador deste órgão, pedia que esclarecessem as razões das quais a recomendação não foi ainda cumprida e saber quando pretendem fazê-lo.”

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

“Comemorámos ontem, a passagem de 36 anos sobre a Revolução dos Cravos ou Revolução de Abril. O 25 de Abril continua, ainda hoje, a ter um grande significado político, social e económico. Mantermos vivos os valores e ideais de Abril é uma responsabilidade de todos. Lutar por um Portugal desenvolvido e solidário no caminho do progresso e da justiça social é um desígnio que temos de cumprir, cada dia, cada ano.

Vivemos hoje, tempos de crise, tempos difíceis, tempos de grande carência económica, de muito desemprego, de fome, tempos com uma população, cada vez mais, envelhecida, e tempos, também, de maiores exigências no mundo do trabalho. Os Estados, um pouco por toda a Europa, vão delegando mais funções e deveres às organizações sem fins lucrativos, dado que estas conseguem satisfazer melhor e com menos recursos, as necessidades da população.

Também em Portugal, atendendo à dinâmica e à qualidade de intervenção do terceiro sector, o Estado tem vindo a fortalecer e a apoiar as instituições de solidariedade social, por terem uma maior proximidade com as comunidades, um maior conhecimento das problemáticas, grande eficiência na resolução das dificuldades e uma grande economia de meios.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, que represento no distrito de Coimbra, são organizações sem fins lucrativos, preponderantes no desenvolvimento local e no apoio solidário, criando emprego e melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social das populações em que se inserem, potenciando a cidadania e a coesão social.

Estão, elas próprias, hoje em dia, também, com grandes dificuldades económico-financeiras, tanto pelo efeito dos grandes investimentos que têm vindo a realizar para corresponderem às necessidades dos nossos dias, através da construção de mais e melhores equipamentos, para servir a sociedade, muito especialmente, nas áreas da infância, dos idosos, dos deficientes e dos cuidados continuados, como pela grande dificuldade de receber as participações de famílias carenciadas e

pela necessidade de prestar cuidados básicos de alimentação a todos aqueles que lhes batem à porta de mão estendida e boca faminta.

Reconhecendo que o combate à pobreza e à exclusão social está longe dos resultados ambicionados e é uma tarefa cada vez mais difícil, a Comissão Europeia instituiu 2010 como “ANO EUROPEU DO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL”, com os objectivos de reconhecer o direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade, de reforçar a adesão às políticas e acções de inclusão social, sublinhando a responsabilidade de cada um na resolução do problema da pobreza e da marginalização, de assegurar uma maior coesão da sociedade, onde haja a certeza de que todos beneficiam com a erradicação da pobreza e de mobilizar todos os intervenientes, já que, para haver progressos tangíveis, é necessário um esforço continuado a todos os níveis de governação.

É pois nesta simbiose dos valores e ideais de Abril, com o momento de grande crise económica mundial que atravessamos e com o desafio especial deste ANO EUROPEU DO COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL que gostaria de apresentar, apesar de todas as dificuldades, a total disponibilidade, já no terreno, das IPSS's do concelho de Coimbra para participarem nesta grande responsabilidade do combate à pobreza e à exclusão social e de a todos exortar para unidos, em prol dos mais desfavorecidos, nos nossos fóruns de rede social, de comissões sociais de freguesia ou outros discutirmos os momentos difíceis que se vivem nas nossas comunidades e lhe prestarmos todo o apoio que nos for possível. Unidos comemoemos Abril, realizando Abril.”

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

“Gostaria de começar por dar as boas vindas em nome da bancada do Partido Socialista ao novo deputado municipal eleito pela candidatura “independente” Prof. Dr. Torres Farinha em que acreditamos que será uma mais valia para esta Assembleia Municipal.

Seguidamente, gostaria de saudar, a iniciativa da Associação Juvenil Promundo, como um claro exemplo de empreendedores sociais que temos nesta Cidade. São estes os exemplos que dão força a mecanismos de participação que temos vindo a defender como conselhos municipais de juventude.

A Autarquia não se pode abster de participar nos projectos de solidariedade levados a cabo pelos jovens desta Cidade, caso contrário, estaria a abster-se de participar na educação cívica dos nossos jovens.

Neste sentido, e como sabem o Partido Socialista, fez uma recomendação à Assembleia que foi aprovada no início deste ano, é inquestionável que as políticas públicas dirigidas à juventude são fundamentais para que haja um diálogo aberto com os jovens desta Cidade, onde podemos identificar as soluções e os problemas, naturalmente que os jovens passam e que por vezes são despercebidos.

Neste sentido, e independentemente da diversidade de opiniões que possam existir tanto pela Câmara Municipal de Coimbra, como também pela Associação Nacional de Municípios gostaríamos de saber, qual o ponto de situação relativamente à implementação do Conselho Municipal de Juventude em Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA O 1º DE MAIO, DIA DOS TRABALHADORES!

O 25 de Abril de 1974 foi o acontecimento mais importante da história recente de Portugal, revolução que acabou com o regime fascista em Portugal trazendo aos portugueses a dignidade perdida e que criou a esperança numa vida melhor e mais justa.

Sem o 25 de Abril não estaríamos hoje aqui nesta Assembleia Municipal, autarcas eleitos pelo povo, procurando melhorar a vida dos habitantes de Coimbra.

A CDU lamenta que a Autarquia de Coimbra, pela primeira vez, não tenha comemorado oficialmente o 25 de Abril! Lembramos que no ano passado, não tendo havido a sessão solene na Câmara, foram feitas comemorações públicas, afirmando-se que de futuro seriam feitas comemorações populares. Este ano a autarquia não fez nem a comemoração solene nem comemorações populares.

A autarquia está a promover comemorações da República, da construção do Chiado e outras. Concordamos e aplaudimos, mas a CDU não compreende nem aceita que se tenha deixado de comemorar o 25 de Abril, Dia da Liberdade. Por isso trazemos hoje ao peito o símbolo de Abril, o cravo vermelho.

Num tempo em que aumenta o desemprego, a pobreza, as desigualdades e as injustiças, é preciso lembrar o 25 de Abril e viver no dia-a-dia o espírito do 25 de Abril e continuar lutar para realizar o sonho dum 25 de Abril para todos!

A CDU saúda os trabalhadores que no próximo dia 1 de Maio irão para a rua comemorar o Dia do Trabalhador e lembrar que hoje a luta é mais do que nunca necessária e urgente! O aumento da pobreza, do desemprego, das injustiças sociais torna necessária e urgente a união e a luta de todos os trabalhadores!

Viva o 25 de Abril!

Viva o 1º de Maio!”

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

“Após se ter assistido ao encerramento pleno do Ramal da Lousã, que como a CDU aqui propôs poderia ser faseado minimizando as consequências para as populações. Após ter encerrado o Ramal que liga as populações da Fig. da Foz, Montemor – o – Velho e Cantanhede ao centro de Coimbra.

O último passo foi a redução do número de ligações entre as Estações do centro da cidade – Coimbra A e Coimbra B.

Em nome de um Projecto que há mais de 20 anos está prometido, esta limitação em curso desde Dezembro de 2009, tem trazido fortes implicações a todos quantos diariamente usufruíam desta ligação. É mais um factor de desagrado para todos quantos se vêm privados de mais um serviço

A CDU considera inadmissível e inaceitável que se encerre ou diminua o número de circulações entre as estações da cidade, prejudicando a vida a milhares de utentes.

O governo PS insiste em encerrar e abandonar a rede ferroviária nacional, por um lado, por outro em nome da remodelação/modernização, é cego nas alterações viárias que impõem às populações, indiferente aos prejuízos e contratempos que as mesmas causem.

Assim vai o País

Assim se continuam a tomar medidas à margem da salvaguarda das populações e utentes.

36 Anos passados sobre o 25 de Abril ...”

Intervenção da deputada municipal Isaura Madeira (CDU):

“O dia 22 de Março está instituído pelas Nações Unidas desde 1993 como Dia Mundial da Água, este ano decorreu sob o lema “Água Limpa, para um Mundo Saudável”.

Fui educada ouvindo variadíssimas vezes a frase - a água não se nega a ninguém - e porquê esta maior preocupação com a água do que com qualquer outro bem essencial?

Porque a água é obviamente o suporte de todas as formas de vida, essencial a todos os processos naturais, estruturante da habitabilidade dos territórios e indispensável a qualquer actividade humana, social e económica. Assim sendo, ela não se deve negar a ninguém porque ela deveria ser de todos nós.

Digo, deveria, porque nem todos lhe temos o mesmo acesso. Para que isso acontecesse, ela deveria ser pública, com uma gestão, não só da água, mas também dos serviços de água, com responsabilidade pública inalienável, exercida por legítimos representantes dos cidadãos, sem fins lucrativos e visando a melhoria do bem-estar comum da população actual e das gerações vindouras. Deveria ser gerida por serviços de água públicos, competentes, transparentes e funcionais, dotados dos recursos necessários.

O direito de todas as pessoas à água está implícito na Constituição da República Portuguesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Então porque não é ele universalmente exercido em Portugal?

Porque o capitalismo não está desatento e busca todas as formas de lucro garantido. É por isso que hoje em dia os grandes grupos económicos buscam o negócio da água, havendo até quem considere este negócio, como a árvore das patacas do século XXI.

O Governo começou por afirmar que «não privatizaria uma gota de água» no entanto, porque os grupos económicos são de facto muito importantes, alguns meses depois, anunciou através do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, ser a sua prioridade a privatização e a empresarialização dos sistemas de abastecimento e a aglomeração dos sistemas de captação e distribuição sob a Águas de Portugal.

Se bem o anunciou, bem que se apressa em o concretizar nomeadamente com a privatização da AQUAPOR. A seguir à AQUAPOR seguir-se-á a Empresa Águas de Portugal tendo já a empresa anunciado que entrará na Bolsa e abrirá o seu capital a todos os grupos privados que assim o entendam. O próprio presidente da Águas de Portugal já afirmou que a sua tarefa é preparar a Águas de Portugal para estar pronta a ser privatizada.

Muitos municípios não têm resistido o suficiente e têm integrado os sistemas multimunicipais concessionados à Águas de Portugal. Coimbra encontra-se entre este grupo por via da participação da Águas de Portugal na empresa de Águas do Mondego. O que acontecerá então com a privatização da Águas de Portugal?

Terão os municípios de Coimbra de ficar à mercê dos lucros exigidos pelos grupos económicos para as suas empresas, e por essa via terá esta Câmara Municipal de cobrar aos seus municípios chorudos tarifários que sirvam para satisfazer tais objectivos?

A responsabilidade do Estado por garantir o exercício do direito de todos à água e assegurar uma política da água com base na solidariedade, em harmonia com a

dinâmica dos processos naturais e norteadas pela defesa do primado do seu carácter comum tem de ser concretizada.

O acesso à água é um direito fundamental que tem de ser assegurado a todas as pessoas, independentemente da sua condição económica e social e da região onde habitem.

Esta Câmara Municipal tem também o dever de zelar para este direito seja uma realidade.

Continuando a falar de ambiente e da sua preservação e também de uma utilização sustentável da água, propõe-se que futuramente os quase 4Kg de papel utilizados por cada um de nós para a preparação desta Assembleia, sejam substituídos por uma pendisk, excluindo-se os deputados que manifestem vontade em receber os documentos em suporte de papel.

Ficará certamente mais barato e o ambiente agradece.”

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

“Boa tarde a todos, em especial um abraço ao meu colega Torres Farinha que tomou posse hoje como deputado desta Assembleia e espero que seja profícua a sua participação neste Órgão Autárquico.

Senhor Presidente da Câmara gostava de saber quando é que a Câmara paga os prémios de desempenho referentes ao trabalho desenvolvido em 2008? os quais deveriam ter sido pagos com o orçamento de 2009 no valor aproximado de 60 mil euros. Os deputados municipais aprovaram o orçamento para 2010, e lá só está inscrito a verba para pagar os prémios de desempenho relativamente aos de 2009.

Portanto, das duas uma, ou os trabalhadores em 2010 vão ser prejudicados porque a verba aqui aprovada para o trabalho desenvolvido em 2009 vai ser amputada em relação ao previsto no despacho do Exmº Senhor Presidente, ou então tem de ser feita uma alteração orçamental.

Portanto, Senhor Presidente gostava que esclarecesse esta Assembleia, como é que vai pagar? Se é que vai pagar? Ou se pensa pagar os prémios de desempenho?

Peço desculpa pelo incómodo Senhor Presidente mas, perguntarei, tantas vezes quantas necessárias até obter uma resposta de forma que o grupo parlamentar do PS possam tomar medidas caso sejam necessárias para proteger os seus trabalhadores e os seus direitos.

Por comparação, os SMTUC cumpriram a lei, como vem explanado na página 29 do seu Relatório de Gestão, estes Serviços pagou o prémio de desempenho aos seus trabalhadores.

Era uma questão que gostava de colocar, visto que a última vez o Senhor Presidente recusou-se a responder.

Venho aqui todas as sessões à espera que o Senhor Presidente nos esclareça.

Já agora Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Gostaria de saber, para quando a aprovação do Regimento desta Assembleia?

Senhor Presidente, os deputados do PS não se esquecem que este documento é importante para o desenvolvimento dos trabalhos nesta Assembleia.

Por tudo isto, parece-me que a Mesa não está interessada que haja regimento, por tudo isto, é uma proposta que vou deixar, que hoje fosse marcada uma data limite para que este documento fosse posto à votação neste Órgão Autárquico.

Surgiria a apresentação do referido documento para votação e discussão até à próxima Assembleia Municipal.

“Presidente da Mesa da Assembleia prontificou-se a esclarecer dizendo que há regimento e enquanto não for alterado continua sempre em vigor o presente, houve uma reunião da comissão nomeada para o efeito, em que estiveram presentes os deputados Serafim Duarte, Pinto Ângelo, André Dias Pereira e Moisés Geraldés. Da reunião ficou combinado para mandarem sugestões, que estamos a aguardar. Estou à espera que os membros de cada grupo mandem as sugestões que ainda não chegaram.”

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha ("Pina Prata, Agora Sim"):

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Digníssima Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal [

Exmos. Senhores Vereadores,

Caros Colegas Deputados Municipais

Senhor Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida

Exmos. Senhores Jornalistas

Minhas Senhoras e meus Senhores

Sendo esta a primeira participação nesta Assembleia, da bancada “Pina Prata, Agora Sim”, impõe-se deixar algumas breves notas sobre a nossa participação na mesma.

Aquando da apresentação da nossa candidatura moveu-nos a convicção de um projecto que nos motivou, entusiasmou e ainda nos mantém focados na crença de um futuro promissor para a nossa cidade e na qual não prescindimos de dar o nosso contributo.

Porém, a nossa independência de qualquer partido político e os muitos afazeres profissionais impõem-nos limitações de tempo e um esforço adicional que já se traduziu na dificuldade da nossa presença nesta Assembleia, situação que não queremos que se volte a repetir. É pois a crença numa cidade melhor que nos move e que, certamente, será também a razão da crença de V Exas. através dos projectos que aqui vos trouxeram.

Contudo, procuraremos pautar-nos pela defesa daqueles que foram os princípios norteadores da nossa candidatura e que, não obstante o nosso ínfimo peso político nesta Assembleia, procuraremos defender a concretização daquilo em que acreditamos para uma Coimbra melhor.

Até porque, no nosso projecto, que acreditamos diferenciador, está subjacente uma atitude que, possivelmente, é a que mais nos distingue:

- Uma atitude de crença numa Coimbra empreendedora;
- Uma atitude de crença numa Coimbra que corresponda a uma nova centralidade política;
- Uma atitude de crença numa Coimbra que maximize as sinergias do Conhecimento que possui, não só em termos científicos, mas também enquanto potenciador de negócios de futuro;
- Uma atitude de crença numa Coimbra que maximize o seu património histórico;
- Uma atitude de crença numa Coimbra humanizada;

- Uma atitude de crença numa Coimbra que saiba construir futuro para os seus filhos;
- Uma atitude de crença numa Coimbra pró-activa;
- Uma atitude de crença numa Coimbra que acredita num futuro promissor.

Através da nossa participação nesta Assembleia, podem contar com o nosso apoio para todas as propostas que considerarmos que dialogam com o nosso projecto e que vão ao encontro da nossa crença para o futuro de Coimbra.

Podem contar connosco sempre com uma postura positiva e disponíveis para colaborar com os colegas desta Assembleia na construção das melhores soluções, na participação em Grupos de Trabalho e nos mais diversos aspectos que possam dignificar a nossa Assembleia e a nossa Cidade.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Galdes (Por Coimbra):

“Já aqui foi referido algumas vezes, e bem, que ontem se comemorou mais uma efeméride designada ao associado 25 de Abril de 1974. Aliás um momento histórico que devolveu ao povo e à nação portuguesa os direitos e as liberdades fundamentais próprias de uma sociedade moderna, livre, justa e solidária. Tendo como objectivo primário e primeiro a realização de um estado de direito democrático assente na soberania popular e na separação interdependência de poderes.

Em 2 de Abril de 1976, a Assembleia Constituinte reunida em sessão plenária, aprovou e decretou a constituição da República Portuguesa.

Os portugueses acreditaram, desde aí, que o Estado passaria a respeitar na sua organização e funcionamento os princípios da subsidiariedade e da descentralização democrática da Administração Pública.

Perspectivaram-se então, políticas que visariam promover o crescimento económico e o desenvolvimento harmonioso integrado de sectores e de regiões mediante justa repartição do produto nacional.

Movidos que estão 35 anos, após aquele movimento que falava de esperança e na melhoria de qualidade de vida do povo português, constatamos infelizmente que subsistem graves e colaborosas assimetrias regionais, fase a uma política das Administração Central que teima e persiste em ignorar ou hostilizar mesmo os princípios da coesão e do desenvolvimento equilibrado sustentável das várias regiões geográficas que compõem o País.

Coimbra e a Região das Beiras continuarão a sofrer os efeitos da discriminação territorial ao nível dos grandes projectos de desenvolvimento promovidos pela Administração Central, cujas opções continuam a beneficiar escandalosamente a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Há dias, a comunicação social veículou a notícia que o concurso para a parceria pública ou privada com vista a reconstrução do troço do TGV Lisboa-Coimbra contempla a nova Estação Central e o interface modal que vai substituir ou irá por ventura, substituir a Estação Velha Coimbra-B, cuja estrutura deverá estar a funcionar após o lançamento do concurso correspondente para o final 2015.

Esta, é mais uma promessa da Administração Central e da REFER protelando e alimentando o sonho de uma solução estrutural que é devida a Coimbra há muitos anos. Tal como o novo Tribunal que não passa de uma quimera projectada reequacionada, ou preterida perante um processo de incerteza e indeterminação que subsista há mais de 20 anos.

O novo Hospital Pediátrico tarda em abrir, sem que se perceba ou se entenda qual o seu custo global, ou qual o termo do prazo para a sua execução, a fim de oferecer a disponibilidade pública que se espera em prol de muitas crianças e famílias que clamam pelo direito à inalienável protecção na saúde.

Pois é, Coimbra continua a esperar, e a esperar como se os cidadãos, os nossos cidadãos nós próprios de hoje desfrutem de paciência a vida eterna.

Bem e sabemos que a Administração Central não gosta de Coimbra, como de resto veio demonstrar as recentes decisões de fazer deslocar de forma irracional e irresponsável vários sectores de serviços e Direcções Gerais que se encontravam há muito instalados nesta cidade para outros pontos do País.

Como também não gosta da região centro e das beiras, o plano rodoviário nesta região é tão somente implementado em restritivas de intervenções intra-regionais. O IP3 não será uma realidade de curto prazo e a ligação Coimbra-Tomar não se vislumbra nos tempos mais próximos. A Auto-Estrada Coimbra-Viseu, não passa de um mero projecto de boas intenções, o IC6 e o IC, 7, são quimeras de longo prazo protelando indefinidamente a ligação à Covilhã, mas, Coimbra é ancora do desenvolvimento da região centro, por isso, Coimbra não se pode calar, jamais nos calaremos. A Administração Central entretanto, sobre o protesto da necessidade da aplicação do QREN promoveu as regiões, baseadas nas nominadas NUTES, concebidas pelo Eurostat com o propósito de criar um padrão único e uniforme para a produção de estatísticas, e de repartição de fundos a nível regional na União Europeia.

Daí que Coimbra fosse concluída a integrar a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, como se fosse possível virar as costas aos municípios do Pinhal Interior Norte, mas, Coimbra continua a ser para além de membro de pleno direito, desta CIM do Baixo Mondego uma emanção política económica e social e cultural que é muito releva no contexto a afirmação no centro de Portugal, sendo cruciais e inadiáveis os grandes projectos âncora que se encontram em curso que a Câmara Municipal de Coimbra promove tais como o Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, Coimbra Inovação Parque, Parque Empresarial de centro de Inovação Tecnológico e de Transferência de Tecnologia e Recuperação e Universidade Empresa assumindo também uma importância decisiva, e esta muito decisiva o grande Projecto de Recuperação e de Valorização que se consubstancia no reconhecido Centro de Projecção Internacional da Cultura e da Língua Portuguesa que é a nossa Universidade de Coimbra, como sendo naturalmente necessariamente ao seu reconhecimento, como Património da Humanidade no âmbito da UNESCO.

É pois como Coimbra, com o seu Património Histórico, Cultural e dinâmica estrutural que a Região Centro se poderá afirmar no contexto regional e nacional.

Sendo por consequência indispensável manter a coesão territorial da região das Beiras, o que significa a promoção de Planeamento e Gestão da Estratégia de Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental do Baixo Mondego.

Ficará, de certo modo, amputada sem esta integração num todo estratégico e em condições a estabelecer dos concelho do Pinhal Anterior Norte e das Comunidades Intermunicipais limítrofes cuja aproximação geográfica e a mobilidade social policêntrico das suas gentes assim o demonstram.

De facto o Projecto Metro Mondego, e a dinâmica Empresa Intermunicipal das “Águas do Mondego”, são uma realidade que confirmam uma nova visão do desenvolvimento regional.

Coimbra só atingirá os patamares do desenvolvimento desejável se os concelhos da Região Centro também se desenvolverem em processo de articulação intermunicipal porque a gente de Coimbra também são agentes de Portugal. A gentes de Portugal do interior de Portugal, que se distende à volta da bacia hidrográfica do Mondego. A Coimbra compete incontornavelmente liderar este grande projecto de desenvolvimento afirmando a Região Centro no contexto nacional.

É por isso, que no superior interesse do País e desta região continuamos a contar com a visão estratégica desta Câmara Municipal e a disponibilidade do Dr. Carlos Encarnação com voz liderante neste grande projecto e afirmação de solidariedade e coesão regional.

Só dar uma nota da intervenção de um munícipe, que veio justamente aqui falar nesta Assembleia, preocupado que está e vítima da insegurança.

De facto do nosso ponto de vista, esta Câmara Municipal fez o que tinha a fazer, colaborou dentro daquilo que era possível fazer, contribuiu com as câmaras de videovigilância, financiou-as, mas é naturalmente às Polícias ou o Governo Civil, ao Ministério da Administração Interna, que cabe acautelar a segurança dos cidadãos.

Quero dizer ao munícipe, que de facto nós não concordamos com o novo código de execução das penas, nós não concordamos com a política criminal que é desenvolvida, nós não concordamos com aquele sistema que valoriza normalmente o arguido e de alguma forma tira todas as garantias de cidadania à vítima."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Aproveitava aqui a título de curiosidade, o deputado que me antecedeu falou aqui, que a Administração Central não gosta de Coimbra. Não estou aqui para defender o Estado nem o Governo, mas há uma coisa que me ressalta.

A REFER é do Estado, o Senhor, se der ao cuidado de passar Taveiro, Ribeira de Frades, S. Martinho do Bispo e Souselas vai ver que há investimento por parte da Administração Central ou do Estado.

Ao Senhor Presidente da Câmara, e ao senhor vice-presidente era para lhe reconhecer o subsídio atribuído aos Bombeiros Voluntários de Brasfemes e também aos Bombeiros Voluntários de Coimbra, ficamos muito agradecidos.

Na freguesia de Brasfemes, que tem seis colectividades e mais comissões fabriqueiras da igreja e da capela, grupos de caça e de pesca, grupos que não fazem parte das colectividades propriamente ditas, implica que a freguesia a fazer eventos tem sempre muita gente nos eventos que promove. Para isso, este ano resolveu editar uma agenda cultural onde tem a participação de todas as colectividades. Foi uma coisa que foi feita com rigor, mas para isso precisa da colaboração também de outros. E neste caso aqui de outros é a Câmara Municipal de Coimbra.

Senhor Presidente, nós nos orgulhamos muito em Brasfemes, do entendimento que tem havido durante todos estes anos entre a Câmara e a Junta de Freguesia.

Para que isso continue é necessário que se modifiquem alguns procedimentos.

O senhor Presidente já esteve presente nas comemorações do dia da feira gastronómica e sabe, o impacto que tem os encontros folclóricos, os concertos com as bandas filarmónicas, os encontros das marchas populares, os encontros das fanfarras e outras festas, as tasquinhas, é necessário uma bancada. É a segunda vez que pedimos a bancada, da primeira já lá vão dois anos, recentemente fizemos um ofício e estamos a aguardar resposta acerca da bancada. Só é possível completar o programa com estas certezas.

Para o senhor vereador do desporto e dos espaços verdes é para dizer, que para nós tem muita importância a nossa feira gastronómica e é de extrema importância a questão da bancada. Lembramos, como disse que foi deferido a cedência da bancada e depois na hora foi colocada na Praça da Republica, por ordem do senhor vereador e já estava anunciado publicamente.

Uma outra questão, é que os ofícios, os faxes, e os telefonemas que se fazem da junta de freguesia nunca se obtêm respostas, penso que tem de ser alterado este procedimento porque qualquer instituição ou cidadão merece uma resposta.

Um ofício que se fez para a poda da árvores que era na altura necessário se fazer nada se fez, agora já não vale apenas ainda estamos há espera de resposta nem negativa nem positiva.

O OBAL, que foi iniciada em Setembro está concluído tudo o que tinha que ser, feito pela Junta de Freguesia, até o furar a cantaria em pedra foi feito, agora falta terminar o trabalho da Câmara, a requalificação do Parque Infantil também ainda não tivemos resposta.

Por último, se o Senhor se designar dar uma resposta aos meus pedidos ficava muito grato em saber, gostava de saber em que passo em que está o Centro e Alto Rendimento Desportivo, se efectivamente ainda esta de pé, se a perspectiva é fazê-lo em Brasfemes, ou se já o mudaram de rumo para outro lado.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“Venho aqui reafirmar o problema que o senhor Luís Quintas Fernandes aqui veio expôr e comungar com ele o problema que está a acontecer na Baixa de Coimbra, no que diz respeito exactamente às câmaras de videovigilância.

Acho, que as declarações num órgão de Comunicação social em meu entender foram bastantes infelizes, em determinadas situações penso que, o silêncio é o melhor discurso.

E aqui, também, eu achava, que pessoas com alguma responsabilidade no Município de Coimbra deviam-se pautar pelo silêncio porque, nesta casa ainda há hierarquia política.

Portanto, as declarações, vieram levantar um problema que toda agente pensava que estava semi resolvido e agora colocou na Baixa de Coimbra alguma dúvida.

Esses meliantes aproveitando as dúvidas no calor da noite fazem o que fazem, partindo montras, roubando descaradamente o que é possível.

De facto, o munícipe Luís Quintas e comerciante têm toda a razão, porque se as câmaras de videovigilância são para controlo de tráfego, não sei como há câmaras de videovigilância no Arco de Almedina, não sei como há câmara de videovigilância no Pátio da Inquisição, não sei que automóveis lá circulam.

Pergunto, se algum indivíduo na Rua Ferreira Borges ou Visconde da Luz, viesse a fazer como fazem no Pólo II os picanços, os senhores da 2ª Esquadra não viam?

O que criou aqui na Cidade de Coimbra e no Centro Histórico é uma dúvida que o Senhor Comandante da Polícia de Segurança Pública deveria urgentemente tranquilizar os cidadãos e os comerciantes da Baixa de Coimbra nomeadamente das Freguesia de S. Bartolomeu e de St^a Cruz.

Deixava este repto ao senhor Presidente da Câmara:

Ponto 1- calar a boca a quem não sabe dizer nada.

Ponto 2- Nesta casa há hierarquia.

Por isso, estou plenamente de acordo com a intervenção do município no que concerne à proposta de inquérito a este processo.

As coisas não podem ser assim, a Baixa é segura, e aproveita-se destas situações para dizer o que de facto, não é verdade.

Outro assunto que quero abordar é o facto de, os Presidentes de Juntas serem pessoas atentas e andam no terreno; passam nos becos, passam nas ruas, circulam onde é preciso.

Há um mês a esta parte, a Junta de Freguesia de S. Bartolomeu levantou um problema que diz respeito a um edifício sito na Travessa dos Canivetes nº 7.

A Câmara e bem, foi lá fazer, qualquer coisa, como não sou Engenheiro Civil, mas como sabe e está informado a parede do edifício ruiu. Na madrugada de domingo não chovia. Felizmente tinha um tapume que permitiu que os escombros não caíssem para a via pública, estamos a falar de edifício do município de Coimbra.

Para o senhor vereador na Rua Corpo de Deus, nos nºs 47 e 49, há um edifício que está em ruína no telhado, cujo município vive debaixo de plásticos, para que a chuva não lhe caía em cima.

Senhor vereador, o seu antecessor, e já no decorrer do seu mandato, os seus serviços já foram fazer três inspecções ao mesmo edifício, não sei o que é que falta. Será que estão à espera que ele caía, assim fica a inspecção feito no definitivo.

Chamava a sua atenção para este problema, porque é grave, trata-se de pessoas idosas, cujo telhado está efectivamente em ruína, cujos senhorios não querem saber do imóvel, é uma questão de partilhas e ninguém se entende.

Nós sabemos que há mecanismos legais para a Câmara fazer o que já fez a alguns imóveis na Baixa de Coimbra, que é a posse administrativa ou a recuperação com efeitos de coimas.

-Mas nem tudo é mau!

Quero aqui publicamente dizer o seguinte:

Os serviços do senhor vereador Luís Previdência, ao contrário o que muitos colegas podem pensar funciona bem, outras vezes menos bem, em relação ao que vos vou dizer funcionou. No que diz respeito a um município da freguesia de S. Bartolomeu, quero aqui publicamente agradecer ao Senhor vereador, como responsável político desse departamento o acelerar do processo de desinfectação do imóvel de um idoso que faleceu.

A verdade, é que solicitados os serviços, em menos de 24 horas tivemos, uma empresa do Porto a proceder à desinfectação do local, porque isso também serviu para encher páginas de jornais e televisões, que com duas pulgas vieram duas mil pulgas.

Portanto, nessa matéria quero aqui agradecer ao senhor vereador Luís Previdência a eficiência dos seus serviços nesta matéria.

Por último, dar os parabéns ao executivo na pessoa o Senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito ao “Centenário do Chiado”. Coimbra ganhou muito, e em particular a minha freguesia porque nela existe um edifício centenário e não só prédios a cair. Também na freguesia existem grandes edifícios com muita cultura no seu interior, e as comemorações do “Centenário do Chiado” tiveram muita dignidade.

Por isso senhor Presidente em nome da Junta de Freguesia e meu pessoal, muito obrigado.

Para terminar tenho aqui outra situação e peço desculpa ao vereador da habitação, mas estas coisas são para ser ditas no local certo.

Na Rua Corpo de Deus no imóvel nº168, r/chão, habitava uma senhora cujo nome é Maria José Almeida.

Esta senhora foi realojada, e bem, na Av. Bissaya Barreto pela deliberação tomada por este executivo, só que na deliberação diz, enquanto recorrer as obras.

Senhor vereador as obras ainda não se iniciaram e a munícipe já lá não habita.

Portanto, chamo a sua atenção, para que os seus serviços, pressionem o senhorio no sentido, de imediato começar as obras, não sei quem paga a renda à senhora, provavelmente será o Município e esse dinheiro poderá fazer falta para outras coisas.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS):

“A Liberdade, a Democracia e a Cidadania, em Abril de 2010

A memória da Revolução de Abril, do 25 de Abril que muitos de nós vivemos, junto das novas gerações bem como a sua história precisam de ser sempre estudadas e apresentadas. Porque a Liberdade e a Democracia são valores que necessitam ser sempre protegidos e não temos a certeza que não podem ser perdidos com a passagem dos anos. As comemorações das efemérides ou a sua ausência são pois sempre momentos importantes da reflexão cultural e política. Porque importa comemorar 1974?

O ano de 1974 foi uma explosão revolucionária possível porque antes existiram outras em 1820, 1834, e em 1910. 36 anos depois as comemorações da Revolução de Abril centraram-se em Lisboa, na Assembleia Parlamentar, e em Santarém, com a constituição Fundação da Liberdade, instalada nas antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria.

Exactamente porque em Portugal os mais velhos, são os que mais se preocupam com o que pode representar a privação das liberdades e a importância da democracia, que criou o poder local, estão a desaparecer e os mais jovens, que sempre viveram em democracia, embora isso não tenha contribuído para que a maior parte se sentisse motivado para a política, se sintam dela alheados. Os livros escolares que nos falam dessas transformações dedicam dez páginas ao Estado Novo, que durou 26 anos, e chama-se-lhe sempre Estado Novo, não fascismo. E depois, a partir de 25 de Abril de 1974 fala-se em página e meia. E são 36 anos passados.

Valerá a pena repensar, como ontem o Presidente da República sugeriu, o modelo de comemorações do 25 de Abril, questionando se não estarão a converter-se num ritual que já diz pouco?” Ou como se escrevia no jornal I: “O cravo não é obrigatório no dress-code.”?

Certamente que valerá mas tudo isto não se questiona nem escreve por acaso...

Certamente que a importância de Abril não está na forma mas na perene mensagem do seu conteúdo. Comemorar 25 de Abril, é valorizar a democracia e a liberdade e todos os cidadãos que para elas contribuíram em Portugal, os democratas, os resistentes. É também reafirmar os valores e ideais de igualdade, justiça, solidariedade e fraternidade. É ainda consolidar a democracia em que estão presentes todos os desígnios fundamentais do ideário republicano, desde 1910, nacionais, regionais e locais.

O municipalismo, que é um desses desígnios porque hoje estamos nesta Assembleia, a sua força e o seu papel, hoje também não pode ser ignorado pois é parte e legado da importância da Liberdade, da Democracia e da Cidadania em Portugal.

Uma sugestão!

Que realmente Coimbra com a sua Câmara, as suas escolas de ensino superior, as instituições culturais, contribuam para repensar o sentido das comemorações, das efemérides, como estamos a fazer com 1910, porque de facto, Coimbra recuperará assim melhor o seu papel como Cidade da Cultura e do Conhecimento.

Como se diria em 1910, saúde e fraternidade, em Abril de 2010, também.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Clara:

"Como ouvi o meu amigo Clemente a falar de duas pulgas, quero dizer que não tive essa sorte. Fiz um ofício à Senhora vereadora da Cultura sobre as ratazanas na *Caverna do primeiro governante em Coimbra*, anterior a mil anos antes de Cristo.

Ninguém liga a isto! Parece que o nosso Turismo não vai para aquele lado, temos naquela margem um dos maiores Patrimónios de Portugal.

Só queria deixar este alerta, naquela margem nada se faz, continuam a ser sempre os mesmos, mesmo falando com liberdade, não vejo grandes melhorias.”

Intervenção do Presidente da Câmara:

“Vou fazer uma intervenção curta e breve, porque verdadeiramente as perguntas não foram muitas nem muito substanciais; mas vou tentar responder aquilo que se deve responder.

Primeira questão, quando são pagos os prémios que é para o senhor deputado não ter incomodo de voltar a perguntar.

Os prémios são pagos quando acabar o trabalho da parte administrativa que está a tratar de resolver os pequenos problemas que ainda existem. E será feito o que é natural fazer-se a alteração orçamental para serem pagos.

Fica v. Ex.^a tranquilo que eu também estou, em relação a isto!

A segunda questão, que tem a ver com o Turismo de Coimbra, falsa informação, as contas do turismo de Coimbra veio à Câmara Municipal no ano passado, e vieram à Assembleia.

A terceira questão, a questão de Brasfemes.

Eu tenho a consciência perfeita de que não há Junta com a qual eu tenha tido um relacionamento melhor.

Portanto, qualquer pequena sombra, que tente atravessar à nossa frente será derrotada.

O que é preciso e o que o Senhor Presidente da Junta pede, é que esteja disponível e estando disponível, está cedido.

A questão que tem a ver com o Clube de Brasfemes é uma questão que tem a ver com o Clube, e tem a ver com o projecto que o senhor vereador do desporto tem para lá e que está há espera de resposta da Secretária de Estado do Desporto acerca de 3 anos. Mas nós não desistimos e há-de haver uma resposta, nem que seja para dizer não.

A quarta questão tem a ver com o Senhor Presidente da Junta de S. Bartolomeu, e apenas direi o seguinte:

A Câmara Municipal de Coimbra, curiosamente com algumas declarações em sentido contrário de alguma oposição, tem levado em prática principalmente pelo pelouro da habitação uma política corajosa que nem sempre é bem entendida, mas que é fundamental de notificar e fazer com que as obras coercivas sejam aplicadas, quando os proprietários não fazem aquilo que devem fazer, que é manter os seus prédios.

Isto tem levantado grandes objecções, tem sido uma política que tem necessidade de grande persistência, uma grande vontade da nossa parte, mas a verdade é que os resultados estão à vista em relação a vários prédios em S. Bartolomeu, St^a Cruz e Almedina em vários os sítios. Muito curiosamente um prédio que é muito perto do Beco dos Canivetes teve da nossa parte uma atenção que nunca durante anos tiveram, lembram-se do Palácio Saldanha, chamava-se Palácio Saldanha era uma forma dos conimbricenses, desta forma curiosa que tem de tratar as coisas, com alguma sobrançeria diziam que era um palácio e era um prédio que estava a cair não sei há quantos anos.

Esse prédio foi todo recuperado, foi todo recuperado a parte da Cozinha Económica. Este prédio não poderia ser recuperado, vai ser demolido, foi feita a primeira tentativa de ultrapassar os problemas que ali tínhamos, já dei ordens ao Eng^o Constantino para fazer a demolição do prédio.

Se bem se recordam na Baixa estão a ser recuperados muitos prédios, pura e simplesmente que nós estamos a por em prática, uma determinação legal que há. As pessoas tem de cuidar da apresentação exteriores dos seus prédios, há uma lei que exige, e estamos a pô-la em prática. Notificámos todos os proprietários dos prédios da Rua Ferreira Borges, vamos passar agora para a Visconde da Luz. E como verão estão aparecer não por obra e graça do Divino Espírito Santo mas, porventura, com a nossa persistência algumas obras de manutenção essenciais, que noutros tempos nunca se praticaram.

Alguém falou no artigo sobre as pulgas, sendo certo que a imprensa tem toda a liberdade de escrever o que bem lhe aprouver.

Acho que aquele artigo que foi publicado sobre as pulgas é a coisa mais baixa, mais miserável, mais inacreditável que eu já vi escrito num jornal. Não sei quem é que escreveu mas também não tenho interesse em saber só tenho enquanto leitor de declarar aquilo que é a minha impressão em relação àquilo.

Portanto, compreendo as razões da actualidade, compreendo a imediação que as pessoas têm em relação aos outros, compreendo o que aquilo que é insólito que deu lugar a grande procura de jornais, mas há limites para tudo, há limites para a decência. Penso que foi certamente isso que o senhor Presidente da Junta sentiu ultrapassou as regras de todos.

As últimas duas questões, têm a ver com as câmaras de videovigilância e depois uma referência ao 25 de Abril.

É conveniente, a historia das câmaras de videovigilância é recorrente, ou as pessoas não perceberam bem o que aconteceu, ou fingem que não perceberam e colocam o problema só para confundir. Mas, vamos esclarecer isto de uma vez por todas.

O policiamento em Coimbra não é suficiente para garantir a tranquilidade dos cidadãos nas zonas menos habitadas da Cidade.

A Polícia de Segurança Pública não fornece ao Comando da Polícia de Segurança Pública de Coimbra os elementos suficientes para assegurar que esta situação mude. A única possibilidade que a Câmara tem de intervir, a Câmara não é polícia nem tem matérias de polícias de segurança pública sobre a sua jurisdição é fazer aquilo que fez, investir um pouco do seu dinheiro num sistema que, teoricamente, fazia o seguinte...fazia com que, um conjunto de ecrãs estivessem presentes numa sala instalada nesta secção do Comando da PSP e é de presumir, que os polícias estivessem a ver os ecrãs. Para quê? Como foi normal e natural a questão da mediação e da actuação policial prende-se com isto, não estão na rua mas estão a ver os ecrãs e assim que houvesse um problema acorrem ao local.

Este último acontecimento foi um acontecimento extraordinário em que um cidadão pegou numa pedra partiu o vidro e levou 3 frascos de perfume.

Portanto, foi uma coisa de grande criminalidade mas, seja como fôr, a polícia estando a ver os ecrãs ia lá, logo, não era preciso gravações. Aquelas não fazem gravações mas existem para ver.

Portanto, essa história das gravações é absurda, é verdade, é exactamente assim que se fez, é um problemas que temos com a Comissão de Protecção de Dados, nós propusemos tudo, e entenderam que aquelas cinco não, o sistema está em avaliação durante este ano, eu já chamei várias vezes à atenção do senhor Governador Civil e ao Ministro da Administração Interna, para isso e é conveniente fazer a avaliação do que é que aconteceu durante este ano para corrigir, ou transformando as câmaras noutro sentido, ou ampliando o regime de funcionamento, ou conseguir arranjar mais polícias que vejam mais câmaras, que é outra forma possível desta questão ser resolvida.

Seja como for, nós demos o nosso contributo.

Eu dou o meu contributo também como o Senhor Presidente da Junta o referiu, mostrando que aqui não reside o temor e ali também não, que é andar na rua sem qualquer problema e evidentemente sem qualquer arma.

Portanto, a questão é esta, não vale a pena estar a dramatizar a questão de facto tem havido menos assaltos do que houve noutro tempo, de facto aquele senhor que se queixou foi assaltado três vezes e nesta altura zero, mas, não nos satisfaz, evidentemente queremos mais e o nosso investimento merecia mais.

Esse é que é o problema.

A última questão a do 25 de Abril.

Fiquei muito contente por isto, porque não tem mal comemorar o 25 de Abril com um dia de atraso, seria mal de não festejar o 25 de Abril. Mas, eu vi nesta Assembleia cheia de pessoas a comemorar o 25 de Abril, as experiências que temos tido nos anos anteriores foram experiências absolutamente desgraçadas.

Primeiro, porque dava a ideia de que nós estávamos a convidar as pessoas para um acto que elas não queriam frequentar.

Segundo estávamos a convidar pessoas para virem fazer um frete, e era a ideia pior que pode acontecer em relação ao 25 de Abril, quando as pessoas pensem nisto vão perceber porque é que não estamos a fazer as comemorações.

A segunda questão, o 25 de Abril é um dia de Liberdade, e também de liberdade pessoal; cada um comemora quando quer e como quer; as comemorações são nacionais; são; em Santarém, são; todas as pessoas sabem que é por quase de Salgueiro Maia toda a gente sabe disso. Não há nenhum deslustres para nós.

Não me venham falar a mim do 25 de Abril, posso não usar o cravo, tenho-o é aqui....

Ainda bem, que nos lembramos hoje dia 26 de Abril, do dia 25. E que tivemos a oportunidade de dizer o que dissemos aqui sobre o 25 de Abril. Foi a melhor homenagem que pudemos prestar, o que significa, que o 25 de Abril pode ser comemorado em qualquer circunstância, porque a mensagem do 25 de Abril não se esgota nesse mesmo dia.”

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

“O Senhor Presidente da Câmara confundiu algumas das coisas que foram aqui ditas, não estava a falar do seu 25 de Abril pessoal, estava a falar do 25 de Abril da Câmara enquanto instituição. Não interessa dizer o que se fez nesse dia. Era a questão do 25 de Abril em comemorações da Câmara, que não houve!

Já agora dizer-lhe que a CDU defende a comemoração não como uma coisa chata, mas sim, o sentido de futuro, naturalmente de preocupação de luta para melhorar a democracia em Portugal.”

O Presidente da Câmara retorquiu dizendo:

“Estamos substancialmente de acordo, permiti-me fazer uma excursão pelo meu mundo interior. O que não significa sequer que esteja a impôr esta forma de comemoração a V. Exas.

Só estou a dizer que gostava muito mais que Partidos, Associações, tivessem eles próprios a iniciativa, que a iniciativa fosse livre da sociedade, que não seja obrigatoriamente oficial ou oficiosa porque isso já quarta a forma de expressão.

Intervenção da deputada municipal Isaura Fernandes (CDU):

“Relativamente ao 25 de Abril, tempos houve em que a Câmara Municipal de Coimbra fazia parte das Comemorações do 25 de Abril. Nessa altura, várias eram as Associações que faziam parte, hoje assim não o é!

Mas penso, que pedagogicamente a intervenção da deputada Isabel Vargues vai muito nesse sentido e pedagogicamente correcto.

Esta Câmara tem o dever de não deixar esquecer o 25 de Abril e tem o dever de fomentar pedagogicamente o 25 de Abril para que se cumpram os ideais do 25 de Abril.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Só um pequeno esclarecimento.

Em resposta a uma pergunta de uma deputada da minha bancada, o Senhor Presidente referiu as actas sobre os relatórios de Contas, referiu a acta do dia 14 desta Assembleia. Queria perguntar-lhe se não está equivocado com a acta de há um ano atrás. Essa sim, a semelhança do que está na ordem de trabalhos, para tomar conhecimento, dos relatórios de Contas das “Águas de Coimbra”, Comissão Municipal Arbitral.

E passo a ler o relatório da acta de 21 de Abril de 2009 e que diz assim:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos relatórios relativos ao ano de 2008 das “Aguas de Coimbra EM”, Comissão Municipal Arbitral, Turismo de Coimbra EM.

Queria que apresentasse a acta relativa ao ano de 2009 foi a isso que a minha colega de bancada se referiu.”

“O Presidente da Câmara pediu de imediato a palavra para dizer que quando a deputada falou sobre o Empresa do Turismo não estava presente na sala, o senhor vice-presidente disse-lhe que nunca tinha sido apresentada aqui na Assembleia Municipal as Contas do Turismo. Eu recuperei as actas do ano passado, onde na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal estão apresentadas as contas do Turismo de Coimbra.

A outra questão é, o que se passa este ano, o Senhor Revisor Oficial de Contas da “Empresa de Turismo de Coimbra” não conseguiu acabar a tempo, as contas estão bem, são boas, vão ser apresentadas à Câmara e virão aqui à Assembleia.”

Intervenção do Vereador Francisco Queiroz:

“Para responder à questão colocada pelo Presidente da Junta de S. Bartolomeu, queria dizer que, muitos destes processos administrativos são lentos, demasiado morosos 36 anos depois do 25 de Abril também temos que fazer uma revolução ao nível da administração.

Mas dava conta que não foram três vistorias, mas de facto, foram duas.

A explicação para se ter realizado outra vistoria ao imóvel da Rua Corpo de Deus, o facto de se ter aposentado o Eng.º Batista que tinha feito a vistoria, de algum modo teve-se de reiniciar. Foi pedido ao IGESPAR um parecer, e neste momento, está na fase de medições e orçamento, apesar de tudo já se vê luz ao fundo do túnel.

Em relação à outra moradora, neste momento que está na Avenida Bissaya Barreto, essa senhora foi, naturalmente como a lei obriga, alojada pela Câmara Municipal que terá de pagar obviamente, assim a lei o determina, mas, parece-me que, dentro de muito pouco tempo, a indicação que os serviços me dão é no Verão, a proprietária do imóvel, que aliás é uma arquitecta irá fazer as obras ao imóvel. Parece que em breve estará resolvido.”

Acta aprovação:

Previamente distribuída acta da sessão desta Assembleia realizada em 24 de Fevereiro foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com as alterações introduzidas pelos Senhores deputados municipais.

O deputado Jorge Lemos disse que tinha sido feita uma proposta para ser o regimento aprovado nesta Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que está à espera das propostas dos Grupos Municipais.

O Presidente da Assembleia relativamente à ordem de trabalho, disse que, a pedido da Câmara Municipal, propunha a retirada do ponto 6 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, e incluía um novo ponto considerado urgente, o processo da “**PCAND**” **Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto**.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 2 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro foi previamente distribuída para todos os membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Seguidamente o Presidente da Assembleia propôs a discussão conjunta dos pontos nºs 3, 4 e 13.

Ponto 3 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2009:

O vice-presidente Barbosa de Melo apresentou o **Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2009:**

“Gostava de fazer uma pequena apresentação dos documentos que estão para apreciação.

O ano de 2009 foi caracterizado por uma intensa crise económica e financeira com resultados e reflexos negativos nas contas das Administrações Públicas de todos os países, não é só do nosso.

Basta olhar para as contas públicas do Estado Português para ver os efeitos que a crise está a ter com o défice do Estado, muito mais do que duplicado num período de um ano.

O resultado da queda significativa da receita do Estado e da incapacidade de contenção da despesa pública.

Olhando para os primeiros resultados que têm sido veiculados pela comunicação social das contas de 2009 de muitas Câmaras Municipais, vêem que, quase todas sem excepção, todas viram a sua situação económica e financeira piorar neste ano.

Neste contexto geral, negativo, do ponto de vista financeiro as contas da Câmara de Coimbra mostram a elevada consistência da execução orçamental de 2009.

Quais os principais indicadores financeiros, a revelar uma boa situação. Lembrem-se que o desemprego positivo ocorre neste ano, que é também um ano marcado pela transição de mandatos dos órgãos municipais e em que houve eleições autárquicas.

Neste panorama, a realidade as contas da Câmara Municipal de Coimbra para 2009 constituem uma surpresa muito positiva e que queria aqui destacar.

Quer isto dizer, que de alguma maneira em Coimbra vamos ter que estar muito atentos à evolução de 2010, as coisas podem não correr menos bem para o lado da receita. Mas não vamos em Coimbra precisar de nenhum PEC.

A actividade de 2009 estava inspirada num conjunto de documentos que foram presentes à Assembleia, não vou fazer aqui uma apresentação exaustiva, só alguns comentários breves para demonstrar o que acima afirmei.

-Em primeiro lugar melhoraram, significativamente, das taxas de execução de que estava orçamentado.

Esta é uma crítica antiga e velha, em geral, às Câmaras municipais portuguesas que muita gente faz, e para se ter uma ideia de melhoria das taxas de execução, eu referiria algumas:

Se considerarmos a despesa facturada, excluindo as dívidas que vem dos outros anos, a despesa facturada no próprio ano, passamos de 72 para 74% de execução;

A despesa corrente de 83 para 84%; a despesa de capital de 53 para 57%.

Portanto, em todos os indicadores de execução orçamental há uma melhoria. Este é um facto que aqui deve ser relevado.

Quanto às GOP, também excluindo as dívidas transitadas, para isto ser comparável, foi igualmente elevadas as taxas de execução para os diferentes objectivos. Comparando com 2008, as taxas de execução das GOP subiram, em termos de despesa cabimentada, de 77 para 82%; dos compromissos de 73 para 78%, na despesa facturada passou de 64 para 67%; pagamentos passaram de 50 para 56%.

Em geral, há uma melhoria muito significativa das taxas de execução.

Gostava também de referir que o número de colaboradores da Câmara Municipal de Coimbra diminuiu, durante o ano de 2009 em 36 pessoas. De 1493 pessoas que trabalhavam na Câmara no início de 2009, passámos para 1457.

Pode parecer pouco, mas é um sinal de contenção muito relevante, sobretudo num ano em que houve eleições e houve toda esta crise económica, que nos cerca.

A proporção que o pessoal conta na despesa corrente diminuiu de 44 para 41%...

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Na apreciação do presente relatório o que nos é colocado à consideração, em bom rigor, é a análise o mais objectiva possível do rigor das contas do município, da sua transparência, da correcção contabilística e grau de execução do orçamento previsto. Dito isto desta forma, estaríamos perante um mero exercício contabilístico, mais ou menos complexo que exige conhecimentos técnicos de alguma complexidade, para a qual, temos de reconhecer nos falta, para além de competência técnica, tempo para uma análise mais profunda e atenta e, assessorias técnicas de que não dispomos. Contudo, não é de admirar pois que se mesmo os técnicos especializados também falham rotundamente, como nos é dado a observar neste relatório de contas, quando se enganam na determinação do resultado líquido referente a 2008, na ordem dos 5,1 milhões de euros.

Porém, o que é exigido a esta Assembleia não é que tenha competência técnica para analisar de forma exaustiva os documentos apresentados, mas antes aprecie, desde logo, dados muito objectivos como o são a previsão de receitas em sede de orçamento e a sua execução. E, logo aqui, se torna evidente a falta de rigor orçamental, pois que se verifica uma falha clamorosa de previsão, particularmente relevante em domínios que dependem em grande medida do executivo municipal, desde logo a venda de bens de investimento onde apenas se executou 8% da receita

prevista, o que representa um défice de 18 milhões; a que acresce outra falha de previsão nos rendimentos da propriedade, onde se regista um diferencial de 9 milhões, ficando-se a execução da receita pelos 40,9%.

Em contrapartida verifica-se que no capítulo dos impostos directos que recaem sobre os munícipes a previsão foi largamente suplantada pela receita, no que diz respeito ao IMI, num valor de 3,5 milhões o que prova que a proposta que o Bloco de Esquerda fez, aquando da discussão das GOP, de ligeira redução do IMI, no sentido de aliviar a carga fiscal que recai sobre os munícipes, era viável, assim como o conjunto de propostas que iam no sentido de incentivar os proprietários à reabilitação urbana nos centros históricos quer da cidade, quer das freguesias, concedendo-lhes isenção de IMI por um período de cinco anos, medidas que seriam compensadas com a majoração da taxa em 30% para os prédios degradados e com o agravamento em 100% dos prédios devolutos. Estas eram propostas não só viáveis como exigíveis pelo bom-senso e a boa gestão da cidade. Pois que caso contrário o centro histórico da cidade que já se encontra em estado pré-comatoso, entrará a médio prazo num com profundo do qual dificilmente recuperará vitalidade.

A provar o que acabamos de dizer, atente-se na fraquíssima execução do objectivo das GOP “Reabilitação Urbana dos Centros Históricos” que, de uma dotação de 7.567.961, apenas executou 44%, claramente aquém das necessidades prementes que se tornam evidentes de per si e escusam demonstração.

De realçar também a fraquíssima taxa de execução do objectivo “espaços culturais” que se ficou apenas pelos 23%, assim como a “valorização do património histórico-cultural” que se ficou por uma taxa de execução de apenas 29%. O que aliás contrasta com a aparente aposta estratégica no turismo, que conduziu à criação da Empresa Municipal Turismo de Coimbra, cujos resultados visíveis não nos parecem justificar o valor transferido de 1.278.963, quase o dobro do valor das transferências correntes para as 31 freguesias do concelho que importa em 736.027, ficando muito aquém do que seria exigível para dar cumprimento cabal a uma verdadeira política de descentralização de competências.

A evidente desproporção reflecte uma visão, quanto a nós, distorcida do sentido das prioridades. Assim como o gasto de 156 mil euros no sistema de videovigilância do Centro Histórico, nos parece um desperdício, do qual não resultará, estamos em crer, qualquer benefício para a segurança na baixa, antes corresponde a uma medida populista de cariz de inspiração orweliana. Os amigos do alheio não param perante uma simples câmara fixa, outro resultado teria o policiamento de proximidade, esse sim potencialmente mais eficaz, a par com a densificação habitacional e de uso da Baixa, que ao invés, dia após dia vê fechar mais lojas, para não falar da quase inexistência de moradores.

Falar em poupança corrente de 5,9 milhões, no orçamento de capital quando o valor em dívida é de 5.750.434 pode ser um exercício contabilístico correcto (?), mas é no mínimo falacioso e indutor de confusão.

Quando confrontamos o nível de endividamento global que atinge 70,78 milhões, dos quais 18,74 milhões dívidas de curto prazo, com os investimentos feitos no concelho nos últimos anos, resulta par nós evidente uma grande distorção das prioridades de investimento que resultam de uma falta de visão estratégica da cidade e da incapacidade para alterar o rumo das coisas invertendo a perda acentuada e progressiva de centralidade económica, cultural e política tanto no contexto da região como, de forma ainda mais acentuada, no plano nacional.

A perda de peso político e de centralidade da cidade tem-se tornado bem visível, nomeadamente na perda a favor de outras cidades concorrentes de serviços regionais que aqui se encontravam localizados.

Mas o exemplo mais acabado e completo da perda de importância política da cidade está bem patente na forma sobranceira, arrogante e verdadeiramente injusta, como o governo central trata a cidade no que diz respeito às indemnizações compensatórias aos SMTUC pelo custo social do serviço público de transporte que assegura no concelho. Os cidadãos de Coimbra são injustamente tratados de forma discriminatória suportando com os seus impostos mais de 4,3 milhões.

Nos últimos anos, e de novo hoje, para não variar, temos assistido ao choradinho do costume, por parte do executivo, que elegeu este verdadeiro problema numa arma de arremesso contra o governo central, mas que o faz de forma incoerente e inconsequente. Incoerente porque, sendo este um problema real e lesivo dos cidadãos e da cidade, também não mereceu melhor tratamento nos governos do PSD com Durão Barroso e Santana Lopes, e inconsequente porque o problema exigia outras medidas, para além da mera agitação e propaganda, feita ritualmente nesta Assembleia, pelo menos uma ou duas vezes por ano e nos vidros traseiros dos autocarros. Nesta matéria tanto os deputados nacionais do PS, como os do PSD não têm sabido, ou não têm querido tomar posições de força na procura de situação para este problema. O BE pelo seu turno já questionou o governo sobre este problema, manifestando-se a favor da atribuição de compensações financeiras para os operadores de serviços de transportes públicos que os asseguram com custos sociais, garantindo em simultâneo o acesso dos cidadãos a uma mobilidade sustentável e uma alternativa ao transporte individual, bastante mais penalizador do meio ambiente e da economia.

Por todas as razões invocadas o sentido de voto do Grupo municipal do BE será um inequívoco voto de rejeição relativamente ao Relatório de gestão e prestação de contas da CMC em 2009.

Quanto ao Relatório de contas dos SMTUC

A análise do relatório e a evolução registada nos últimos anos deveriam induzir-nos a uma profunda reflexão e debate sobre os problemas de mobilidade, circulação e transportes urbanos que constituem, hoje, uma das principais preocupações para a gestão sustentável das cidades e para as políticas de ordenamento do território.

Nesta área crucial, como aliás noutras áreas de gestão, a cidade carece de uma estratégia claramente delineada, que vá bastante mais além do que o proverbial choradinho, ainda que justo, sobre as indemnizações compensatórias. É absolutamente imperioso que se estruture e organize os eixos centrais de uma política global e articulada de mobilidade, acessibilidades, estacionamento, circulação rodoviária, e circulação pedonal sem a qual continuará a reinar o caos organizado, a poluição sonora e ambiental, o stress e a insegurança de circulação quer para automobilistas, quer, sobretudo para peões. Os dados recentes indicam um alarmante aumento de atropelamentos de peões, o que não admira numa cidade que se organiza e desenvolve em função do automóvel e não do peão, basta ver a forma como se desenham passeios, ou pura e simplesmente se esquecem deles em zonas de circulação urbana de perfil pedonal.

E é justamente por isso que me causou, alguma perplexidade a leitura de uma notícia recente acerca do Projecto Civitas financiado pela EU, em que Coimbra será

uma das cidades envolvidas. Com efeito, ao enunciar o principal objectivo político do projecto, para a cidade, o Sr. Vice-presidente do executivo municipal, afirma que é pôr as pessoas a andar a pé. Seríamos tentados a aplaudir tal ideia se a política concreta desenvolvida na cidade, não fosse precisamente ao arrepio profundo deste sentido. Veja-se apenas a título de exemplo a ausência de passeios e do mínimo de segurança para peões na margem esquerda, nomeadamente na zona do Fórum e na nova rotunda do nó de Almegue. Esqueceram-se os senhores projectistas que ali, justamente, é cidade e não há condições para a circulação pedonal.

Por outro lado e de forma contraditória o mesmo responsável do município afirma que o objectivo será aumentar 4 a 5 % o número de passageiros dos transportes públicos. Mais uma vez o objectivo é de aplaudir, não se descortina muito bem é qual a estratégia. Tendo em conta que nos últimos anos os SMTUC têm vindo a perder passageiros e que precisamente neste relatório se refere uma perda de 1,7%, que embora pouco significativa em números absolutos, é bem significativa pelo que representa em termos de inversão de um sentido que se pretendia e desejava ir na direcção contrária.

A lógica do transporte privado continua a prevalecer sobre o transporte público acarretando todas as consequências nefastas para o ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos e a taxa de ocupação global da rede geral de transportes é bem demonstrativa desta realidade, situando-se nos 20,7%. A velocidade comercial continua baixa (17%) e tem dificuldade de aumentar, pois que o espaço circulatório da cidade é cada vez mais ocupado pelo automóvel. A política de construção de grandes parques de estacionamento no Centro, só pode agravar ainda mais a situação de mobilidade e transportes desta cidade, pelo que não se augura nada de bom para os próximos tempos.

O nosso voto vai no sentido de abstenção.

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

Relatório Gestão e Prestação de Contas de 2009

1 - Câmara Municipal de Coimbra

A CDU após análise do Relatório e Prestação de Contas referentes a 2009 conclui que, mais uma vez, se verifica uma discrepância entre a actividade projectada em sede de GOP'S e a efectivamente realizada. Áreas como “ A estruturação do território e desenvolvimento sócio económico”, com uma taxa de execução global de 38,89%, a mais baixa taxa de execução concretizada, são o retrato do desinvestimento e da secundarização da economia e das infra-estruturas do concelho.

Ainda neste contexto continuamos a verificar, pelos valores das taxas de execução, a sucessiva incapacidade de investimento e aposta nas Instalações e Equipamentos Desportivos, no Fomento e Formação Desportiva nos Tempos Livres, Juventude e Lazer, na Reabilitação Urbana do Centro Histórico, na Valorização do Património Histórico e Cultural, nos Espaços Culturais. A desvalorização política destas áreas demonstra que, a formação das crianças e jovens, o futuro deste concelho, bem como a preservação da história e divulgação cultura, não têm sido prioridade desta Autarquia.

O Relatório de Contas de 2009 presente a esta Assembleia Municipal revela que o saldo final é positivo na medida em que os cofres da Autarquia não ficaram

desprovidos de receitas, sendo que as receitas correntes aumentaram 1,63% em relação a 2008.

A CDU pretende destacar:

- 1 – A subida considerável das receitas do IMI e Derrama
- 2 – O acréscimo das receitas do IMI em mais 1,2 milhões de euros o que representa 21,61% da receita total do município. Este valor é já superior ao valor das transferências do OE, que em 2009 foi de 19,1 milhões de euros que representam 20% das receitas do município

A conclusão que a CDU retira desta análise é a de que a proposta que temos vindo a fazer, e que voltámos a defender para o Orçamento de 2010, de redução das taxas de IMI e do desagravamento deste imposto para os cidadãos de Coimbra, tem fundamento nos dados que aqui presentes neste Relatório.

É inaceitável que a carga fiscal suportada, via IMI, pelos conimbricenses, seja já superior às verbas vindas do Estado.

Continuando destacamos ainda:

- 3 – A transferência de verbas para as Freguesias sofreu um aumento de cerca de 1,6 % no valor transferido em 2009 ou, com outros dados, 1.264.314 euros a mais do que em 2008. Do orçamento do município foi transferido para as freguesias 3,48% do seu valor global.

A verba transferida continua muito aquém dos 10% que a CDU tem vindo a defender para as freguesias. Continuamos a afirmar que, para o efectivo exercício do poder local, o reforço financeiro das freguesias é fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais.

- 4 – Ainda no âmbito das transferências de verbas, continua a verificar-se o acentuar sucessivo do financiamento dos SMTUC. De 1,27% em 2008 passou a 1,41% em 2009.

O município e os cidadãos continuam a financiar o transporte público urbano de Coimbra e continuamos a assistir à passividade desta Autarquia perante o Governo que teima em manter uma posição de discriminação negativa, face à ausência de transferência de verbas que sustentem, tal como acontece em Lisboa e Porto, o serviço, que deveria ser público, de transportes urbanos.

Por tudo o que aqui expusemos e destacámos, porque outros motivos estão inerentes à posição que vamos tomar, o voto da CDU será de abstenção.

2 - SMTUC

Quanto ao Relatório e Contas de 2009 dos SMTUC a CDU entende que enquanto documento técnico, tal como é o documento da Câmara ou o relatório de Contas das Águas obviamente que são documentos técnicos, não o desaprovamos contudo consideramos preocupante que:

- O financiamento dos SMTUC continue a ser decorrente das verbas do município e do tarifário o que penaliza o cidadão duplamente
- A Administração dos SMTUC continue a marginalizar áreas de concelho de Coimbra onde o serviço continua a ser feito por empresas privadas
- Os trabalhadores dos SMTUC continuem a não ver concretizados os seus direitos nomeadamente no que se refere à actualização da sua situação remuneratória

decorrente da Avaliação de Desempenho. Homologadas as suas classificações é lamentável que a Administração dos SMTUC, após o encerramento das contas de 2009, continue excluir das receitas o pagamento devido aos trabalhadores.

Pelo que aqui foi referido o voto da CDU será de abstenção.

Sobre este assunto – SMTUC/ Consequência do processo de avaliação de Desempenho/ Opção Gestionária - a CDU apela de novo à Autarquia que providencie uma Reunião, dos muitos pedidos sem resposta que o Sindicato tem vindo a fazer, como forma de solucionar de vez esta questão evitando prejuízos quer para os trabalhadores quer para os utentes.

Quanto à questão do relatório das “Águas de Coimbra”. A CDU pretende relevar os ganhos em 2009, para a Empresa Municipal de “Águas de Coimbra” advêm em nosso entender da prestação de serviços, desta Empresa, nomeadamente a água e o saneamento e nos custos dos mesmos imputados aos utentes.

O agravamento do tarifário da água, que é uma grande preocupação quando sabemos que está quase decidido e não sabemos qual é o valor e que tudo indicia por um percurso de uma intervenção que já aqui fizemos de que a privatização será um futuro muito próximo, para o cidadão de Coimbra.

O custo mensal de saneamento é também pesado para o cidadão, o saneamento é uma mais valia para as populações e aposta na rede de saneamento é uma aposta que valorizamos em torno de uma melhor qualidade de vida e de saúde pública, são com todo quer a água, quer o saneamento são bem pagos pelos utentes.

Essas duas situações são o exemplo da política do utilizador pagador que não reclama por serem dois serviços essenciais.

Quer o da água quer o do saneamento mas realmente que estão no município de Coimbra vem caros para os utentes.

A nossa posição neste relatório é também de abstenção.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Como é sabido, os vereadores do PS, não votaram o Relatório de Gestão e de Contas desta Câmara de 2009, ausentando-se da sala, logo desconfiando que não estavam correctas.

Assim, sem a presença dos vereadores socialistas em 12 de Abril de 2010, o Senhor Presidente e os Vereadores da maioria conjuntural, do PSD, CDS e CDU votaram e aprovaram por exemplo:

- a) Que o Passivo total aumentou 4.2 milhões de euros, quando afinal aumentou 4,7 milhões de euros.
- b) Que o Passivo médio/longo prazo aumentou 5,1 milhões de euros, quando afinal aumentou 2,2 milhões de euros.
- c) Que o Passivo de curto prazo diminuiu 0,93 milhões de euros, quando afinal aumentou 1,95 milhões de euros.
- d) Que a receita corrente aumentou 1,63% quando agora se verifica que esse aumento é de cerca do dobro —3,01%.
- e) Que a dívida à ERSUC — Resíduos Sólidos do Centro, S.A., em 31 de Dezembro de 2009, era de apenas 1.129.493€, quando, afinal, é muito mais e de 1.794,029€.
- f) Que as prestações mensais para amortização desta dívida à ERSUC dos anos de 2011 e 2012 são do montante de 481.744€, quando, afinal, são de quase três vezes mais, de 1.129.493€.

g) Votou-se e aprovou-se na versão errada e aprovada do Relatório de Gestão, que a Conta de Rendimento de Imóveis, incluía rendas recebidas pela Concessão do Domínio Público, do valor de 5.564.088€, o que agora, na dita “*versão final*” desse mesmo Relatório é suprimido.

h) De igual modo, votou-se na versão errada e aprovada pela deliberação de 12 de Abril de 2010 que o aumento da receita de capital resultou da utilização do empréstimo de Médio/Longo Prazo, para financiar o PPI de 2009 no montante de 5.811.326,45€ e na “*versão*” de hoje desse mesmo relatório isso foi igualmente suprimido.

i) E votou-se e aprovou-se também em 12 de Abril de 2009 que “*Os resultados líquidos foram afectados pela redução do volume das transferências recebidas da empresa Águas do Mondego, S.A. como previsto no contrato de Concessão*”, o que também, agora, foi suprimido da chamada “*versão fina*”.

A Câmara aprovou assim, sem os votos do PS uma versão da “*Situação Económico-financeira e Orçamento*” que não era a versão final e para adoptar a própria terminologia do Senhor Vice-presidente Dr. Barbosa de Melo, responsável pelo pelouro financeiro.

E sobre esta nova versão, dita “*final*”, o ROC não produziu a sua certificação, nem o seu parecer, pois que o que existe é de 15 de Abril de 2009, portanto relativa à versão errada.

Por tudo isto, e muito mais, tiveram hoje diz-se, aqueles mesmos membros do executivo, da maioria conjuntural PSD/CDS/CDU, de dar conhecimento na reunião de 26 de Abril de 2010, de documento a corrigir e a emendar o que não altera assim aquela deliberação.

Sobre eles, da nova Conta e seu Relatório, não há agora certificação legal e parecer do ROC, pois o que existe é anterior à reunião camarária de 26 de Abril de 2010, que nada alterou, nem deliberou.

Muito bem, estiveram pois os vereadores do Partido Socialista em não votar aqueles erros grosseiros, sejamos claros, ausentando-se da reunião camarária de 12 de Abril de 2009.

Esta Assembleia Municipal, está assim, a votar em 26 de Abril de 2010, as contas que não são as aprovadas em reunião camarária de 12 de Abril de 2009, mas uma “*versão fina*”, não votada, nem aprovada pelo executivo municipal e sem a correspondente certificação e parecer do ROC.

É caso para dizer, que não há lei, nem regulamento que discipline o funcionamento desta Assembleia.

Como se isto não bastasse, somos surpreendidos por uma inteligente informação da Senhora Directora de Administração e Finanças, dando conta que o relatório da “*Situação Económica — Financeira e Orçamental*”, foi elaborado “*apartir de dados sobre as contas que não eram as definitivas*” e bem assim, que houve um erro de transcrição do resultado líquido do ano de 2008, pois que tal resultado líquido não era de 6.608.680,00€, mas sim de 1.458.984,88€.

Não dá notícia a informação da Senhora Directora se tais erros foram ou não detectados pelo Revisor Oficial de Contas, mas o que é certo é que, a eles, não se refere o seu documento de certificação e parecer.

O PS tem necessariamente de votar CONTRA as Contas e Relatório de Gestão de 2009 desta Câmara que a maioria do executivo do PSD/CDS/CDU aprovaram

favoravelmente e que constam da sua deliberação de 12 Abril de 2004, e que ela própria reconhece que estão imprecisas, erradas e que não são uma “*versão final*”. E não se aceita que isso se qualifique como simples erros ou imprecisões pois do que o que se trata é de asneira grossa, a por em causa o rigor e credibilidade de tais documentos.

Como também não se aceita, lançar a responsabilidade para os serviços do CMC, como o faz o Senhor Vice-Presidente, pois que a responsabilidade política, toda ela, é da maioria PSD/CDS/CDU que governa esta Câmara.

Por outro lado e ainda assim sempre se diz que o ROC, colocou sérias reservas no seu documento de certificação legal daquelas Contas votadas a 12 de Abril de 2009. Essas reservas, pela sua natureza e dimensão, são motivo igualmente para justificar o voto contra da bancada socialista.

Aprovar tais contas, era um verdadeiro “*salto no escuro*”.

Não é aceitável que nelas se possam omitir responsabilidades financeiras, resultantes de eventuais acções judiciais movidas contra a Câmara, sejam de indemnizações por expropriações, sejam de acções judiciais para efectivação da responsabilidade civil contratual ou extracontratual da Câmara.

Podem estar em causa milhares ou milhões de euros que afectem todo o passivo.

A eventual condenação em tais acções judiciais, em muito poderão afectar o volumoso PASSIVO do município.

Não é igualmente aceitável que sete empresas municipais participadas — como salienta o ROC — não tenham facultado as suas Contas para verificação da sua conformidade. Porquê?

Como foram gastos, por exemplo 1.278.713€ transferidos da Câmara para a empresa municipal TURISMO DE COIMBRA? Como e em quê?

Não se esqueça aqui que é também da competência desta Assembleia acompanhar e fiscalizar a actividade das empresas municipais e seus resultados, nas quais o município tenha alguma participação.

E compete para o efeito, ao Senhor Presidente da Câmara, por força do nº 1 da alínea cc) do artigo 68º da Lei n 169/99, remeter a esta Assembleia, toda a documentação e relatórios da sua gerência. E sobre isto, nada!

Há daqui também que retirar todas as consequências políticas, nomeadamente substituir os representantes dos órgãos sociais das diversas empresas municipais, que não prestem em tempo útil, contas da sua gerência. Não se podem aceitar gestores municipais, que não permitam ao Sr. Presidente da Câmara cumprir as suas obrigações para com esta Assembleia Municipal. Estão na lei e no Regimento desta Assembleia.

Inaceitáveis são também as reservas às Contas desta Câmara, colocadas ainda e também pelo Senhor Revisor Oficial de Contas relativas à subvalorização dos fundos próprios, por deficiente contabilização das operações do activo e passivo.

É caso para dizer que esta Câmara não consegue acertar o passo nas Contas, pois, no ano anterior, ao contrário, os fundos próprios foram sobrevalorizados e no montante de 1.088,00 milhares de euros.

Mas, nem a versão errada das contas, aprovada por unanimidade por deliberação da Câmara de 12 de Abril sem a participação dos vereadores do Partido Socialista, nem a designada “*versão final*”, provavelmente aprovada hoje de manhã com os votos da mesma maioria PSD/CDS/CDU, permitem um juízo, uma apreciação correcta, de rigor, sobre as contas, razão porque, também por aqui, o Partido

Socialista nesta Assembleia, VOTA CONTRA o Relatório de Contas da Câmara de Gestão do ano de 2009.

Na verdade ao fazer-mos ainda assim, uma apreciação sobre este dúbio Relatório de Gestão e Contas de 2009, ela também tem de ser necessariamente negativa.

A dívida, o passivo, cresceu para os piores níveis de 2006 de cerca de 71.000.000,00€, apesar do constante, crescente e injusto aumento da receita dos impostos directos do IMI, IMT e Derrama que atingem já cerca de 22% do total das receitas, e do apreciável aumento das transferências do Orçamento de Estado, a mostrar e provar quanto eram erradas as previsões da maioria PSD/CDS/CDU sobre a aplicação da versão em vigor, da actual Lei das Finanças Locais.

O passivo desta Câmara, e excluímos aqui as empresas municipais, aumentou apesar disso em cerca de cinco milhões de euros, com a agravante, de no terreno, não se verificarem investimentos que o justifiquem.

Nada mau, para uma Câmara de que disse que “*deu lucro*”. Pasmese!

As taxas de execução orçamental, estão deficientemente calculadas, logo em face da correcção efectuada na receita em mais de um milhão de euros.

A capacidade de endividamento a curto prazo, está praticamente esgotada com o empréstimo já efectuado este ano de 5.000.000€.

O que quer dizer que vamos assistir à transferência da dívida a curto, para médio/longo prazo.

É para nós também incompreensível o facto dos proveitos financeiros resultantes da utilização do domínio público concessionado às Águas de Coimbra (cujo valor aumentou), seja de cerca de quatro vezes inferior aos dos anos anteriores.

Isto carece de uma averiguação séria, e os deputados do Partido Socialista, sobre isto, esperam que lhes seja dada uma explicação fundamentada e documentada.

EM CONCLUSÃO

- O Partido Socialista vota CONTRA AS CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO.
- O Partido Socialista, pretende informação de quais as empresas municipais que não facultaram as Contas e Relatórios da sua gestão à Câmara Municipal e responsabilização dos seus gestores.
- O Partido Socialista pretende informação útil da Câmara, da actividade e respectivos resultados das empresas em que o município tenha participação conforme o prevê a alínea d) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro.
- O Partido Socialista, pretende saber quais os processos judiciais em curso, de que possam resultar responsabilidades financeiras, conforme o prevê a alínea g) do nº 1 do artigo 29º do Regimento desta Assembleia Municipal.
- O Partido Socialista pretende documentação demonstrativa, da diminuição em cerca de quatro vezes, do montante dos proveitos financeiros devidos pela concessão dos bens do domínio público às Águas de Coimbra, S.A.

Tarifário da água

Outro assunto, Senhor Presidente chamava a atenção, que ainda não foi referido o os elementos que o Partido Socialista pediu numa recomendação apresentada e aprovada por unanimidade nesta Assembleia, como se chegou a este aumento de 12,5% no tarifário da água.

Independentemente da competência ou não desta Assembleia, esta Assembleia tem o dever de saber como chegam a esses tarifários."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Queria dizer duas coisas sobre o Relatório de Gestão dos SMTUC

Depois de analisar o Relatório de Gestão dos SMTUC, aplaudo efectivamente algumas acções levadas a efeito por esses serviços que tem uma vertente social importante no nosso concelho. Tem efectivamente algumas acções meritórias as quais eu aplaudo. Mas também tenho de criticar efectivamente, tenho algumas e dúvidas e gostava de ser esclarecido, pelo seguinte:

Por exemplo, na página 9 foi apresentado um saldo positivo no valor de 227,34 milhares de euros. É o que está aqui explanado na pág.9.

O esclarecimento vai no sentido do seguinte: neste valor se encontra já os subsídios que a Câmara atribui aos SMTUC? Quanto é que a Câmara atribuiu ou transferiu neste ano de 2009?

E se este lucro sem a atribuição e sem este apoio financeiro se seria o mesmo? Eu deduzo que não.

Na página 27, diz os SMTUC novamente que, mantiveram uma política renovação de frota, que só foi possível com o apoio financeiro da Câmara Municipal de Coimbra.

Não consigo ver aqui no relatório qual foi esse apoio financeiro. Provavelmente estará cá mas não está bem explícito.

Na página 30 diz que a Câmara tem uma dívida de 200.000,00 euros aos SMTUC. Não sei se já foi paga ou não, ou se foi transferida para o ano seguinte.

Também na página 32, fala aqui na análise orçamental e o que se verifica nesta análise orçamental é que existe um grau de diminuição de execução.

Não reputo esta diminuição, porque é relativamente baixo, relativamente anterior ao ano de 2008 portanto, só sublinhar que, efectivamente houve uma diminuição do grau na execução na parte orçamental.

Passando aos indicadores da actividade verifica-se um certo equilíbrio. Dos vários indicadores, uns que crescem ligeiramente, e outros sobem, sendo o somatório final também na minha óptica é negativo e, passo a referir dois casos que me saltaram:

O absentismo em 2009 subiu exponencialmente e cerca de 2.500 faltas ao trabalho, é muita falta ao trabalho durante 1 ano, provavelmente também estão aqui incluídas greves, doenças, foi um ano de gripes, mas reputo aqui nestes indicadores o que mais me impressionou, assim como a diminuição dos kmres percorridos, ouve menos 16 mil Km percorridos, obviamente que baixa do consume de gasóleo. Portanto, são nestes indicadores os que mais me ressaltam.

Na página 39, não vejo aqui e gostava de saber porque tenho interesse em saber.

O Senhor Presidente da Câmara e a Câmara anularam efectivamente a ECOVIA porque dizia que dava prejuízo, e criaram outro serviço que reputo efectivamente um serviço interessante e aplauso, que é a linha dos minis autocarros eléctricos para a Alta da Cidade, não vejo aqui explanado neste relatório quais os custos com estes autocarro.

Falam aqui em autocarro, em mini autocarros, trolleys carros e em termos de energia quanto é que estes carros gastam?

Por isso, gostava de saber até para fazer uma comparação. Para saber se efectivamente este serviço foi criado, é um serviço rentável ou não é rentável,

porque se não for rentável, o senhor Presidente e a Administração dos SMTUC têm efectivamente que acabar com esse serviço como acabou com a ECOVIA.

Na página 42, aparece aqui efectivamente os reparos financeiros e provavelmente há aqui um erro, fala em 2008 há valor negativo de -4.105,27 milhões de euros, em 2009 um resultado negativo de -4.583,28, em que há um saldo de um ano para o outro de menos -478,01 e depois aparece na percentagem uma percentagem positiva de 11,6%, provavelmente será uma percentagem negativa, portanto é uma nota que eu gostava que fosse corrigida.

Página 44, aparece transferências correntes, em 2009 - 4.914,20 milhões de euros, efectivamente essas transferências correntes donde é que vêm? Serão da Câmara? Só que não está aqui explicitamente escrito de onde é que vêm essas transferências correntes.

O investimento 1.377,31 euros são transferências de capital, nada a dizer.

Também, existe aqui uma situação que me alertou que é na página 75 que são provisões para cobranças duvidosas. Queria deixar aqui um alerta pelo seguinte:

Existe aqui algumas instituições, tanto culturais como desportivas, como culturais que devem aqui algum dinheiro aos SMTUC e dizem que são cobranças duvidosas.

A Câmara não pode atribuir subsídios por lei a associações e instituições que devam dinheiro à Câmara. Deixo aqui ficar este alerta, penso que isto é perfeitamente recuperável até porque são associações e instituições que estão sempre a trabalhar em conjunto com a Câmara é perfeitamente recuperável, quando entregarem os subsídios descontam o dinheiro em dívida.

Concluindo, o presente relatório está bem apresentado, tirando algumas pequenas críticas não tenho nada a colocar. Sei que este ano é um ano difícil, quem trabalha na área dos transportes sabe que as coisas hoje estão muito complicadas, falo por experiência própria, o que eu noto é que não está devidamente especificada quanto é que a Câmara transferiu para os SMTUC, há aqui um certo encobrimento porque, será para encobrir o lucro que eu falei inicialmente? será que esse não é o lucro efectivamente dos SMTUC? É isto que eu queria deixar no ar.

Assim, a bancada do Partido Socialista devido às dificuldades na área dos transportes que atravessa devido às complicações existentes nesta indústria automóvel eu proponha que votássemos favoravelmente este relatório."

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha ("Pina Prata, Agora Sim"):

"A primeira nota é para agradecer as palavras carinhosas que me dirigiram, entendo que foi numa perspectiva de boas vindas, mas pego nesta palavra para dizer o seguinte:

Como disse na minha intervenção inicial, estamos aqui numa postura singular ma independente, e estaremos sempre de acordo com os projectos que forem ao encontro do projecto que acreditamos e defendemos, daí que quero reiterar esse agradecimento vindo de todos.

Quanto a estas questões orçamentais o volume de documentos foi muito grande, nós somos poucos, foi muito pouco tempo, não tivemos tempo necessário para fazer uma análise cuidada, daí que na generalidade iremos abster-nos."

O deputado José Manuel Ferreira da Silva declarou, em nome da bancada do Partido Socialista na Assembléia Municipal, que os eleitos directos do Partido

Socialista não votavam os documentos. Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2009

Os documentos foram colocados à votação da seguinte forma:

Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2009:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril do mesmo ano, deliberou, com 30 votos a favor, 2 votos contra e 18 abstenções, aprovar os documentos de Relatório de Gestão e Prestação de contas do Município relativos ao ano de 2009, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção – Instruções n.º 1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea e), do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo, dada a sua extensão, fica anexo à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2009:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril do mesmo ano, deliberou com 44 votos a favor e 12 abstenções aprovar o Relatório de Gestão, bem como os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos ao ano de 2009.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este processo, dada a sua extensão, fica anexo à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 5 - Inventário do Património Municipal – 2009:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos provar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2009, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 53 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 67/2007 de 31 de Dezembro.

Ponto 6 - Retirado

Ponto 7 - Plano Estratégico de Coimbra:

Relativamente ao Plano Estratégico o Presidente da Assembleia disse que havia uma sugestão do senhor Presidente da Câmara a qual colocava à consideração da Assembleia no sentido de se passar à votação os pontos seguintes e deixar para o fim o Plano Estratégico, ou até adiar.

Ponto 8 - Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro:

O deputado Ferreira da Silva sobre o assunto mencionado em epígrafe disse o seguinte:

"Era da vontade do Partido Socialista votar este regulamento. Nós, de facto, entendemos que é melhor uma actividade disciplinada, do que não haver regulamento nenhum.

No entanto, o Partido Socialista entende que, em primeiro se deve conhecer a estrutura societária, que é uma sociedade por quotas, uma sociedade anónima, que há uma sociedade com capitais públicos municipais ou não é, com e depois dela constituída o Partido Socialista gostaria de poder votar o regulamento.

Também quero dizer que o Partido Socialista ainda não aceita este regulamento, porque dão-lhe a oportunidade de votar, mas depois as alterações tal qual articulado já não lhe compete votar mas sim, simplesmente à Assembleia de Condóminos, isto é, estávamos a votar hoje aqui um regulamento e amanhã a Assembleia de Condóminos alterava na sua totalidade. É ver por exemplo a redacção do artigo da alteração do regimento. Quem tem competência para aprovar o regulamento, também tem que ter a mesma competência para poder alterar.

Por essas razões o Partido Socialista também não pode votar esse regulamento."

Posto à votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 12 de Abril, deliberou com 39 votos a favor, 6 votos contra e 8 abstenções aprovar o Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 9 - Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos:

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Queria chamar a atenção sobre este regulamento, a confusão que se pode gerar com a descrição ou definição de espaços públicos.

O artigo 3º na alíneas b) e c) referindo outros equipamentos, sem dizer quais ou expositores, e depois quando exclui no artº 4º diz suportes publicitários etc. etc.

Queria chamar a atenção que deve-se ter em conta a propaganda política que, naturalmente está de acordo com a construção de propaganda política, só chamar a atenção porque outras Câmaras estão a usar regulamentos, conheço situações em que outras Câmaras estão a usar regulamentos deste tipo para proibir a propaganda política.

Só quero que fique em acta esta salvaguarda."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"A minha intervenção, vinha só ver se conseguimos neste regulamento conciliar ou não; não sei nesta matéria o que é que a lei diz mas, penso o que vou dizer não é nenhum disparate.

Dado que a ocupação de espaços públicos tem a ver fundamentalmente, também, com o Centro Histórico, eu achava que nesta comissão de elaboração do regulamento municipal para esta área, deveria também serem consignadas na mesma entidade as Juntas de Freguesias. E justifico porquê.

Porque um operador ainda há pouco tempo no Largo da Portagem, na altura de umas festas penso que foram as académicas, a Câmara solicitou à Junta de Freguesia o pedido de opinião, se é assim que se pode considerar sobre a abertura do estabelecimento além do horário normal do seu funcionamento.

Penso que as Juntas de Freguesias têm aqui um papel importantíssimo, porque só assim é que o poder autárquico pode funcionar em plenitude."

Intervenção do deputado Jorge Lemos:

Relativamente a isto o Carlos Clemente falou nas Juntas de Freguesia.

Penso que este é um regulamento para o Concelho, não é um regulamento só para a zona urbana da Cidade de Coimbra, tenho a ideia que este é um regulamento muito urbano, e penso que as juntas de freguesia deveriam ser ouvidas. Além disso, é possível e é provável que haja alguma isenção de taxas para algumas esplanadas como a Câmara tem feito anualmente.

Neste regulamento e no artº 19 das taxas não fala efectivamente dessa isenção, remete só para a tabela de taxas.

Neste momento, também não tenho presente se existe ou não isenção, só queria aqui deixar este reparo, quando a Câmara assim o entender teria de isentar as pessoas das taxas até para promover e revitalizar toda esta Baixa, queria deixar aqui estas duas notas."

Presidente da Câmara respondeu que ficasse claro que isto não se aplica à propaganda política.

Posto à votação, a Assembléia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal detada de 12 de Abril, deliberou, com 48 votos a favor e 7 abstenções, aprovar o Regulamento de Ocupação de Espaços Públicos e Mobiliário Urbano. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Presidente da Mesa disse que estavam a perguntar pelo Plano Estratégico e que na opinião dele achava que ficava para o fim

Ponto 10 - Coimbra Viva SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana, S A. aumento do capital social:

Sobre este processo o deputado **André Oliveira** disse o seguinte:

"Apenas uma breve intervenção sobre este assunto.

Como sabem as sociedades reabilitação urbana foram criadas, tendo em vista as parcerias públicas/privadas, com também a participação do Estado.

São do reconhecimento de que era necessário fazer algo, para as áreas urbanas das cidades, em situação de degradação. Assim também aconteceu em Coimbra.

Mas, o que é que a SRU em Coimbra tem feito?

Questão que o Partido Socialista gostaria de colocar.

Parece-nos em nosso entender, que pouco ou nada de concreto se conhece da sua actividade, nomeadamente em relação ao Centro Histórico.

Não posso deixar de afirmar que "COIMBRA VIVA", de VIVA tem muito pouco!! Como se apercebem.

Podem-me dizer que o Governo do PS não apoia as cidades de reabilitação urbana Mas, Senhor Presidente Senhores deputados

Esta Sociedade como referi não podem depender apenas do Governo, têm de depender também de parcerias público privadas. Temos o exemplo Gaia e com obra feita.

Hoje aprovamos mais um passo que decorre da lei, e como tal votaremos favoravelmente.

Termino dizendo:

-chegados aqui exigia-se muito mais!

-Esperemos que a SRU, ganhe vida, porque precisamos de "COIMBRA VIVA"."

O Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer o seguinte:

"Não posso deixar de fazer um comentário a esta intervenção.

As sociedades de reabilitação urbana só podem resolver o seu problema quando fôr resolvido o problema do financiamento destas sociedades.

Nós temos dito repetidamente isto ao Governo e a solução que nós tivemos, tendo nós já pronta há muito tempo, os planos de intervenção para a primeira unidade de intervenção existimos unto do Governo para resolver o problema do financiamento a alternativa que nos colocou foi só esta: criamos um fundo de investimento, uma vez que o Governo nem se comprometia a financiar de outro modo a sociedade de reabilitação urbana, e entretivemo-nos durante 3 anos com o Governo a sacudir água do capote e nós a tentar encontrar uma solução. A solução foi encontrada foi encontrada há 1 ano, aguardou porque o IRU obtivesse autorização da parte do Governo para o aumento do capital social na esta parte e a Câmara Municipal já há 1 ano tinha resolvido aumentar o seu capital social

Portanto, só agora é que esta questão se resolveu, e foi possível por parte do Governo autorizar o aumento e bem!

É assim que estas coisas não funcionam, no nosso País."

Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 15 de março último, deliberou, com 55 votos a favor e 3 abstenções, subscrever o aumento de capital da Câmara Municipal de Coimbra na "Coimbra Viva SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana, As" no valor de 1.225.000,00 €.

Ponto 11 - Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno na Rua Afrânio Peixoto:

Relativamente a este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril do mesmo ano, a Assembléia Municipal deliberou, por unanimidade, desafectar do domínio público municipal uma parcela de terreno com a área de 143,00 m2, na Rua Afrânio Peixoto (junto ao nº 92), Freguesia de Santo António dos Olivais, e a sua integração no domínio privado do Município, tendo em vista a sua posterior integração no logradouro do lote, ficando esta área sem capacidade construtiva, a qual confronta de norte, nascente e poente com Município de Coimbra e de sul com o nº 92 da Rua Afrânio Peixoto.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 12 - Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno no Loreto:

Para este processo e sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril do mesmo ano, a Assembleia Municipal deliberou com 52 votos a favor e 3 abstenções,

reverter as áreas integradas no domínio público para o domínio privado da requerente – Construções Gonçalves & Carrilho, Lda., nos montantes de:

-9.986,90m² do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 3422 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2388, no quadro do processo de licenciamento n.º 2525/2002;

-5.877,70m² do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 1217 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2191, no quadro do processo de licenciamento n.º 2562/2002.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 13 - Relatório e Contas do exercício de 2009 da Empresa Municipal - AC, Águas de Coimbra:

O deputado municipal Serafim Duarte (BE)apresentou o seguinte requerimento à Mesa:

"Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra

Os abaixo-assinados, na qualidade de membros desta Assembleia, vêm requerer a V. Ex.^a, nos termos do disposto na alínea f) do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Setembro, bem como do disposto no art.º 14º, alínea c) do Regimento da Assembleia Municipal de Coimbra, se digne solicitar à Câmara Municipal o fornecimento urgente ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda do protocolo que está a ser negociado entre o Município de Coimbra e a empresa Águas de Portugal SGPS, S.A., para o estabelecimento das bases de uma parceria pública para a prestação dos serviços integrados de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, bem como dos respectivos anexos.

Pede deferimento."

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas de 2009 do exercício da Empresa Municipal - AC Águas de Coimbra.

Este documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 14 - Relatório de Actividades de 2009 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório de Actividades de 2009 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra.

Este documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 15 - Grandes Opções do Plano para 2010 da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego.

Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento das Grandes Opções do Plano para 2010 da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego

Este documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

PLANO ESTRATÉGICO

Intervenção do deputado Maló de Abreu:

"Sinceramente acho que, por questões de dignidade da própria Assembleia, sendo certo e julgo eu o Plano Estratégico não é para ser votado, é para fim discutirmos aqui. Mas de qualquer modo parece-me demasiadamente importante e que merece uma reflexão cuidadosa, jugo que, não deveríamos a esta hora 19h20 com toda a gente a sair falarmos do assunto. Do meu ponto de vista, nós todos queremos eu pessoalmente não quero que seja a minha visão só quero que seja uma visão mais abrangente possível do futuro do concelho de Coimbra.

Portanto, a proposta que eu faria aos restantes grupos era que na próxima Assembleia que fosse agendado eventualmente até antes da ordem do dia um ponto único em que estabeleceríamos uma hora, estabeleceríamos um tempo para não haver estas questões que me parecem que são facilmente ultrapassadas, para nós criarmos algumas regras."

Intervenção do Presidente da Câmara

"Senhor Presidente ía fazer uma proposta na sequência de chamada de atenção do Sr. Deputado Maló de Abreu no sentido seguinte:

Está aqui uma parte da equipa que elaborou o Plano Estratégico.

O que eu queria colocar à vossa consideração é o seguinte:

Senão poderíamos fazer uns géneses daquilo que era proposto e daquilo do que foi a intervenção do senhor deputado Maló de Abreu, em assistirmos à exposição por parte da equipa, que eu saiba a exposição não é muito longa e depois então em futura Assembleia pudéssemos apreciar e votar."

Deputado Maló:

"Concordo perfeitamente com a proposta feita pelo senhor Presidente, até nos prepararemos todos melhor, julgo eu, mas também estabeleceríamos um ponto certo de intervenção de cada grupo parlamentar, na próxima Assembleia, entre nós estabeleceremos isso e poderíamos todo o cuidado, com toda a calma, com toda a colaboração de apresentar as nossas ideias sobre este documento Seria uma questão de dignidade e dignificação da própria Assembleia que isto se fizesse desta forma."

Presidente da Assembleia:

"Concordo inteiramente com este acrescento, estive a estudar isto com dois colegas desta área, eu admito que deve ser votado na Assembleia Municipal. Sem querer comprometer efectivamente a Assembleia.

Depois disto, convêm ponderar melhor se deve ou não ser aprovado na Assembleia. Como estão aqui pessoas que vieram de fora acho que é todo o interesse ouvir."

Intervenção do deputado Ferreira da Silva:

"Senhor Presidente é só para dizer que efectivamente parece-nos muito lúcida a proposta efectuada, vem aliás ao encontro da pretensão do Partido Socialista."

Intervenção da deputada Isabel Margarida:

"Só um pequeno esclarecimento, com tanta coisa já estou baralhada.

Percebi que faríamos todas as votações e no fim seria isto. Certo. Ainda falta uma votação.

Ponto Extra – PCAND Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto-isenção de IMT:

Ferreira da Silva

"Senhor Presidente só para dizer que nós estamos hoje aqui a votar este pedido de isenção, porque as propostas do Partido Socialista, a seu tempo, não foram aprovadas pela maioria aqui presente nesta Assembleia.

O que se está aqui a passar relativamente a esta instituição, que muito prezamos, a dificuldade que ela tem, é a mesma dificuldade que têm todos os proprietários dos prédios arrendados, que não vão beneficiar desta isenção apenas porque também os seus artigos matriciais dos prédios não foram identificadas.

E o Partido Socialista chamou a atenção isto, encontra-se em acta exactamente em relação a tal propósito e diz assim:

Porém tal qual a Câmara o faz, e isso sabe muito bem, nenhum proprietário que arrendou o seu prédio beneficia de tal minoração, e por a Câmara não cumprir com a lei, por não proceder à indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos como tal exige nº2 do artigo 112 do Código de IMI.

Portanto para ficar claro que os proprietários que alugaram os seus prédios não iram ter isenção como também não teria esta instituição se hoje aqui não votássemos esta isenção."

Isabel Margarida

"Só um reparo, a CDU entende que, a questão colocada. Mas é assim:

Para nós não há termo de comparação esta Associação tem umas características completamente diferente dos proprietários.

Isto já foi aqui votado e agora vem apenas para uma rectificação que tem de ser feita."

Em 10/09/2009, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara aprovou a isenção de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis a favor da PCAND- Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto.

Em 24/02/2010, a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara aprovou a isenção de IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis para a mesma Associação.

Solicita agora, a PCAND por exigência do Serviço de Finanças de Coimbra a indicação do nº de matriz predial urbana, a respectiva fracção ou fracções e a respectiva freguesia, dos prédios a adquirir, a saber:

Fracção A - Destinada a comércio, correspondente ao R/C esquerdo, lado Nascente, do prédio urbano sito no loteamento Quinta do Grijó, lote 8, Freguesia de Santo António dos Olivais em Coimbra, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artº 11428 e descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 6481/A, com a licença de construção nº 42, emitida em 31 de Março de 2008 pela Câmara Municipal de Coimbra;

Fracção C – Destinada a habitação correspondente ao primeiro andar esquerdo, lado Nascente, do prédio urbano sito no loteamento Quinta do Grijó, lote 8, Freguesia de Santo António dos Olivais em Coimbra, inscrito na matriz predial urbana sob o artº P13166 e descrito na Conservatória do registo Predial sob o nº 6481/C, com a licença de construção nº 42 emitida em 31 de Março de 2008 pela Câmara Municipal de Coimbra.

A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara datada de 26/04/2010, deliberou, por unanimidade e para efeitos imediatos aprovar a designação das fracções acima transcritas e destinadas à sede e local de desenvolvimento das suas actividades.

A finalizar os assuntos agendados para esta Assembleia, foi finalmente feita a apresentação do **Plano Estratégico de Coimbra**.

O Sr. Engº Rios Vilela, Director do Departamento de Planeamento da Câmara Municipal, fez o historial do processo desde Dezembro de 2004 em que a Câmara deliberou a execução do Plano Estratégico assim como o Plano de Abertura do Concurso Limitado de pré requalificação, até à presente data.

Terminado o historial, este técnico passou a palavra aos técnicos que elaboraram o Plano Estratégico, que numa longa intervenção técnica esplanaram todas as ideias e apresentaram os slides de execução do Plano Estratégico de Coimbra.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.